

NOTAS EXPLICATIVAS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Celulose Irani S.A. (“Companhia”) é uma companhia aberta domiciliada no Brasil, listada na Bolsa de Valores de São Paulo (“BOVESPA”) e com sede na Rua General João Manoel, nº157, 9º andar, município de Porto Alegre, RS. A Companhia e suas controladas têm como atividades preponderantes aquelas relacionadas à indústria de embalagem de papelão ondulado, papel para embalagens, industrialização de produtos resinosos e seus derivados, bem como o comércio de móveis com predominância de madeira. Atua no segmento de florestamento e reflorestamento e utiliza como base de toda sua produção a cadeia produtiva das florestas plantadas e a reciclagem de papel.

As controladas diretas estão relacionadas na nota explicativa nº4.

Sua controladora direta é a Irani Participações S.A., empresa do Grupo Habitasul, sociedade anônima brasileira de capital fechado. Sua controladora final é a empresas D.P Representações e Participações Ltda, também empresa do Grupo Habitasul.

A emissão dessas demonstrações intermediárias da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração em 20 de julho de 2012.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As informações contábeis intermediárias individuais consolidadas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2012 foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards), emitidas pelo IASB – International Accounting Standards Board, e práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, plenamente convergentes ao IFRS, e normas estabelecidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

As demonstrações financeiras intermediárias individuais da Controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais divergem das práticas do IFRS apresentadas nas demonstrações financeiras separadas quanto à avaliação de investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, onde seriam registrados a custo ou valor justo, em conformidade com o IFRS.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas controladores, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e o ativo biológico mensurados pelos seus valores justos, e ativos imobilizados mensurados ao custo atribuído na data de 01 de janeiro de 2009, data da adoção inicial dos novos pronunciamentos técnicos ICPC10/CPC 27, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como hedge accounting de fluxo de caixa e, portanto, diferidos no patrimônio líquido como operações de hedge de fluxo de caixa.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, e com vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação e com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

c) Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos de variação cambial quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas estimadas segundo avaliação individualizada das contas a receber e considerando as perdas históricas, cujo montante é considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

d) Estoques

São demonstrados ao menor valor entre o custo médio de produção ou de aquisição, e o valor líquido realizável. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado

dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

e) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados nas demonstrações financeiras individuais pelo método de equivalência patrimonial.

Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da controlada.

Transações, saldos e ganhos não realizados nas operações entre partes relacionadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

f) Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumuladas e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

Os ativos intangíveis da Companhia são formados unicamente por licenças de softwares, que são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

g) Ativo biológico

Os ativos biológicos da Companhia são representados principalmente por florestas de pinus que são utilizados para produção de papéis para embalagem, caixas e chapas de papelão ondulado e ainda para comercialização para terceiros e extração de goma resina. As florestas de pinus estão localizadas próximas à fábrica de celulose e papel em Santa Catarina, e também no Rio Grande do Sul, onde são utilizadas para produção de goma resina e para comercialização de toras.

Os ativos biológicos são avaliados a valor justo deduzidas as despesas de venda periodicamente, sendo a variação de cada período reconhecida no resultado como variação de valor justo dos ativos biológicos. A avaliação do valor justo dos ativos biológicos se baseia em algumas premissas conforme nota explicativa 14.

h) Avaliação do valor recuperável de ativos (“Impairment”)

A Companhia adota como procedimento revisar o saldo de ativos não circulantes para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável, sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro. Essas revisões não indicam a necessidade de reconhecer perdas por redução ao valor recuperável.

i) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e contribuição social correntes são provisionados com base no lucro tributável determinado de acordo com a legislação tributária em vigor, que é diferente do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para cada empresa com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. A Companhia adota a taxa vigente de 34% para apuração de seus impostos, entretanto as controladas Habitasul Florestal S.A. e Iraflor – Comércio de Madeiras Ltda. adotam taxa presumida de 3,08% e a Irani Trading S.A., adota a taxa presumida de 10,88%.

Sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo de ativos biológicos são registrados imposto de renda e contribuição social diferidos. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos para as controladas com regime tributário de lucro presumido, quanto ao valor justo dos ativos biológicos e o custo atribuído dos ativos imobilizados.

j) Empréstimos e financiamentos, debêntures, cédula de crédito imobiliário – CCI e certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

k) Instrumentos financeiros derivativos

Alguns instrumentos financeiros derivativos, dependendo da sua natureza, são avaliados pelo valor justo na data do balanço em contrapartida de receitas ou despesas financeiras no resultado do período. Determinados instrumentos financeiros derivativos são avaliados e reconhecidos no resultado do período, nas receitas ou despesas financeiras, por fazerem parte de um único instrumento financeiro (instrumento financeiro derivativo vinculado a operações de captação).

l) Hedge de fluxo de caixa (Hedge Accounting)

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de hedge. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do hedge como de forma contínua, de que os instrumentos de hedge usados nas operações são altamente eficazes na compensação das variações nos fluxos de caixa dos itens protegidos por hedge.

As movimentações nos valores de hedge classificados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido estão demonstradas na Nota 21.

A parcela efetiva das variações no valor dos instrumentos de hedge designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos".

Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por hedge afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a venda prevista que é protegida por hedge). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva dos instrumentos de hedge que protege as operações altamente prováveis é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos".

Quando um instrumento de hedge vence ou é vendido, ou quando um hedge não atende mais aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio e é reconhecido no resultado quando a operação for reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou a perda acumulada que havia sido apresentado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos".

m) Arrendamento mercantil

Como arrendatário

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacional e

registrados no resultado do período. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fossem uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas definidas na nota explicativa nº 13.

Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

Como arrendador

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e preparação do leasing operacional são adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados e reconhecidos também pelo método linear pelo período de vigência do arrendamento.

n) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. São constituídas em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizada até a data do balanço, observada a natureza de cada risco e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

o) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos.

A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das demonstrações financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando a: seleção de vida útil dos bens do imobilizado, a realização dos créditos tributários diferidos, provisões para créditos de liquidação duvidosa, avaliação do valor justo dos ativos biológicos, provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas, avaliação do valor justo de certos instrumentos financeiros, além de redução do valor recuperável de ativos.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes dos reconhecidos nas demonstrações financeiras.

p) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e inclui rendimentos, encargos e variações cambiais às taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e de longo prazo, bem como, quando aplicável, inclui os efeitos de ajustes de ativos para o valor de realização.

q) Reconhecimento das receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao cliente e outras deduções similares, na receita consolidada são eliminadas as receitas entre a Controladora e as Controladas.

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- a Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

r) Subvenções governamentais

Os diferimentos de recolhimento de impostos, concedidos direta ou indiretamente pelo Governo, exigidos com taxas de juros abaixo do mercado, são tratados como uma subvenção governamental, mensurada pela diferença entre os valores obtidos e o valor justo calculado com base em taxas de juros de mercado. Essa diferença é registrada em contrapartida da receita de vendas no resultado e será apropriada com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do período.

s) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia, a apresentação da demonstração do valor adicionado não é requerida pelas normas IFRS. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os períodos apresentados.

A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras.

4. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Celulose Irani S.A. e suas controladas conforme segue:

Participação no capital social - (%)		
Empresas controladas - participação direta	30.06.12	31.12.11
Habitasul Florestal S.A.	100,00	100,00
Irani Trading S.A.	99,99	99,99
Meu Móvel de Madeira LTDA.	99,93	99,93
HGE - Geração de Energia Sustentável LTDA	99,98	99,98
Iraflor - Comércio de Madeiras LTDA	99,99	99,99

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos nas empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros e/ou prejuízos não realizados entre as empresas, a menos que a controlada forneça evidências de uma perda (*impairment*). As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação têm a mesma data base da controladora.

As operações de cada uma das controladas estão descritas na nota explicativa nº 12.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa são representados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
Fundo fixo	17	16	22	21
Bancos	1.582	1.272	1.635	2.477
Aplicações financeiras	70.865	71.208	73.424	72.224
	<u>72.464</u>	<u>72.496</u>	<u>75.081</u>	<u>74.722</u>

As aplicações financeiras são remuneradas com renda fixa – CDB, à taxa média de 101,80% do CDI.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
Contas a receber de:				
Clientes - mercado interno	83.349	89.957	88.456	94.577
Clientes - mercado externo	7.721	4.152	7.748	4.198
Controladas		1.905		-
	<u>91.070</u>	<u>96.014</u>	<u>96.204</u>	<u>98.775</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(6.060)</u>	<u>(5.835)</u>	<u>(6.770)</u>	<u>(6.544)</u>
	<u>85.010</u>	<u>90.179</u>	<u>89.434</u>	<u>92.231</u>

Em 30 de junho de 2012, no consolidado de contas a receber de clientes encontram-se vencidas e não provisionadas um montante de R\$ 5.354 referem-se a clientes independentes que não apresentam históricos de inadimplência.

A análise de vencimento das contas a receber de clientes está representada na tabela abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
À vencer	80.176	81.929	84.080	83.628
Vencidos até 30 dias	2.431	6.769	2.897	7.125
Vencidos de 31 a 60 dias	170	386	176	386
Vencidos de 61 a 90 dias	155	115	161	124
Vencidos de 91 a 180 dias	616	162	637	180
Vencidos há mais de 180 dias	7.522	6.653	8.253	7.332
	<u>91.070</u>	<u>96.014</u>	<u>96.204</u>	<u>98.775</u>

O prazo médio de crédito na venda de produtos é de 49 dias. A Companhia constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa para as contas a receber vencidas há mais de 180 dias com base em análise da situação financeira de cada devedor e ainda baseada em experiências passadas de inadimplência. Também são constituídas provisões para crédito de liquidação duvidosa para contas a receber vencidas há menos de 180 dias, nos casos em que os valores são considerados irrecuperáveis, considerando-se a situação financeira de cada devedor.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
Saldo no início do exercício	(5.835)	(5.697)	(6.544)	(6.406)
Provisões para perdas reconhecidas	(225)	(146)	(226)	(146)
Valores recuperados no período	-	8	-	8
Saldo no final do exercício	<u>(6.060)</u>	<u>(5.835)</u>	<u>(6.770)</u>	<u>(6.544)</u>

Parte dos recebíveis no valor de R\$ 39.613, está cedida como garantia de algumas operações financeiras, dentre elas cessão fiduciária de 25% do valor do saldo devedor principal das debêntures (nota explicativa 16), e também cessão fiduciária de 3 (três) parcelas de aluguel da operação CCI (nota explicativa 15).

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou comprometidos em 30 de junho de 2012 é avaliada com base nas informações históricas sobre os índices de inadimplência da Companhia conforme abaixo:

Classe de Cliente	% Histórico	Consolidado
		Valor a receber
a) Clientes sem histórico de atraso	93,03	78.220
b) Clientes com histórico de atraso de até 7 dias	6,21	5.221
c) Clientes com histórico de atraso superior a 7 dias	0,76	639
		<u>84.080</u>

a) Clientes pontuais que não apresentam qualquer histórico de atraso.

b) Clientes imptuais que apresentam histórico de atraso de até 7 dias, sem histórico de inadimplência.

c) Clientes imptuais que apresentam histórico de atraso superior a 7 dias, sem histórico de inadimplência.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
Produtos acabados	4.615	5.486	6.247	7.442
Materiais de produção	21.062	18.364	21.062	18.364
Materiais de consumo	12.282	11.890	12.325	11.924
Outros estoques	838	626	861	626
	<u>38.797</u>	<u>36.366</u>	<u>40.495</u>	<u>38.356</u>

O custo dos estoques reconhecido como despesa durante o período de três meses findos em 30 de junho de 2012 foi de R\$ 84.822 (R\$ 88.006 nos três meses findos em 30 de junho de 2011) na controladora e R\$ 86.216 (R\$ 90.096) no consolidado.

O custo dos estoques reconhecido como despesa não inclui qualquer redução referentes a perdas de estoques ao valor líquido realizável. A Administração espera que os estoques sejam recuperados em um período inferior a 12 meses.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão apresentados conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
ICMS sobre aquisição de imobilizado	2.720	3.457	2.725	3.463
ICMS	338	321	349	341
Cofins	1.940	-	1.940	-
Pis	176	-	176	-
IPI	1.368	5.547	1.368	5.547
Imposto de renda	986	908	979	908
Contribuição social	341	338	339	338
IRRF	1.058	245	1.058	245
Outros	-	7	10	7
	<u>8.927</u>	<u>10.823</u>	<u>8.944</u>	<u>10.849</u>
Parcela do circulante	7.177	8.661	7.194	8.687
Parcela do não circulante	1.750	2.162	1.750	2.162

Os créditos de ICMS sobre aquisição de imobilizado são gerados em relação às compras de bens para o ativo da Companhia e são utilizados em 48 parcelas mensais e consecutivas conforme previsto em legislação que trata do assunto.

Os créditos de IPI são gerados em relação às aquisições de insumos utilizados no processo produtivo e são utilizados para compensar débitos gerados pelas operações de venda de cada unidade produtiva.

9. BANCOS CONTA VINCULADA

	Controladora e Consolidado	
	30.06.12	31.12.11
Banco do Brasil - Nova York - a)	988	3.840
Banco Credit Suisse - Brasil	-	4.834
	<u>988</u>	<u>8.674</u>
Parcela do circulante	988	5.143
Parcela do não circulante	-	3.531

- a) Banco do Brasil – Nova York / Estados Unidos da América - representado por valores retidos para garantir as amortizações das parcelas trimestrais do empréstimo de pré-pagamento de exportação captado junto ao banco Credit Suisse, referente à parcela com vencimento em agosto de 2012. Por ocasião de repactuação de contrato objeto da retenção realizada em 27 de abril de 2012, até novembro de 2014 serão exigidos somente os juros do contrato. Desta forma, os valores retidos a partir deste trimestre são menores e suficientes para garantir a parcela de juros vincenda.

10. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
Créditos de carbono	7.218	6.378	7.218	6.378
Adiantamento a fornecedores	1.903	1.412	2.007	1.425
Créditos de funcionários	974	982	1.180	1.004
Renegociação de clientes	3.092	3.309	3.123	3.340
Despesas antecipadas	452	1.025	456	1.057
Custos de transação	1.384	-	1.384	-
Outros créditos	780	1.346	1.295	1.420
	<u>15.803</u>	<u>14.452</u>	<u>16.663</u>	<u>14.624</u>
Parcela do circulante	14.362	12.400	15.195	12.545
Parcela do não circulante	1.441	2.052	1.468	2.079

Créditos de carbono – a Companhia possui projetos geradores de créditos de carbono originados pela diminuição de gases de efeito estufa como dióxido de carbono e metano, proporcionados pela instalação da Usina de Co-geração e pela Estação de Tratamento de Efluentes na unidade Papel em Vargem Bonita, SC. Esses créditos são comercializados através de contratos firmados, no âmbito do protocolo de Kyoto, com empresas localizadas em países considerados desenvolvidos obrigados a redução de emissões. Os créditos são reconhecidos conforme regime de competência como redução dos custos do processo produtivo e são mensurados de acordo com a metodologia aprovada no protocolo de Kyoto para cada projeto, considerando o valor provável de realização estimado com base nos contratos firmados. Em 30 de junho de 2012 a grande maioria dos créditos que são os volumes gerados até setembro de 2011, já se encontravam auditados pela *DNV - DET NORSE VERITAS CERTIFICATION AS*, e estavam aguardando a emissão dos respectivos créditos para serem negociados. A Administração espera que estes créditos sejam emitidos em um período inferior a 12 meses.

Renegociação de clientes - se refere a créditos de clientes em atraso para os quais a Companhia realizou contratos de confissão de dívida acordando seu recebimento. O vencimento final das parcelas mensais será em novembro de 2014 e a taxa média de atualização é de 1% a 2% ao mês, reconhecidas no resultado por ocasião de seu recebimento. Alguns contratos tem cláusula de garantias de máquinas, equipamentos e imóveis garantindo o valor da dívida renegociada. A Companhia avalia os clientes em renegociação e, quando aplicável, realiza provisão para perdas sobre o montante dos créditos renegociados. Para fazer frente a possíveis perdas, estão provisionados créditos no montante de R\$ 1.586, já deduzidos do valor apresentado de R\$ 3.092 na controladora e de R\$ 3.123 no consolidado.

Despesas antecipadas - se refere principalmente a prêmios de seguros pagos por contratação de apólices de seguros para todas as unidades da Companhia, e são reconhecidos no resultado do exercício mensalmente pelo prazo de vigência de cada uma das apólices.

Custo de transação - são custos incorridos para a captação de recursos através de distribuição pública primária de ações, em andamento pela Companhia. No período foram registrados R\$ 1.384 como custos de transação.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo de ativos biológicos.

A Companhia adotou para os exercícios de 2011 e de 2012 o regime de caixa na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre variações cambiais e registrou passivo fiscal diferido da variação cambial a realizar.

Com base no valor justo dos ativos biológicos e no custo atribuído do ativo imobilizado, foram registrados impostos diferidos passivos, ajustados pela revisão da vida útil do imobilizado, tratado como RTT (Regime Tributário de Transição) e registrado nesta mesma conta.

Os impactos tributários iniciais sobre o custo atribuído do ativo imobilizado foram reconhecidos em contrapartida do patrimônio líquido.

ATIVO

	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
Imposto de renda diferido ativo				
Sobre provisões temporárias	12.082	11.261	12.184	11.293
Sobre prejuízo fiscal	932	932	932	932
Contribuição social diferida ativa				
Sobre provisões temporárias	4.350	4.054	4.403	4.071
Sobre base de cálculo negativa	336	336	336	336
	<u>17.700</u>	<u>16.583</u>	<u>17.855</u>	<u>16.632</u>

PASSIVO

	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
Imposto de renda diferido passivo				
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	1.937	3.945	4.049	5.477
Valor justo dos ativos biológicos	30.902	30.224	32.284	31.737
Custo atribuído do ativo imobilizado e revisão de vida útil	86.859	87.562	107.717	108.579
Subvenção governamental	584	709	584	709
Hedge de fluxo de caixa	(2.019)	-	(2.019)	-
Contribuição social diferida passiva				
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	697	1.420	1.458	1.971
Valor justo dos ativos biológicos	11.122	10.878	11.869	11.695
Custo atribuído do ativo imobilizado e revisão de vida útil	31.268	31.523	38.777	39.087
Subvenção governamental	211	256	211	256
Hedge de fluxo de caixa	(726)	-	(726)	-
	<u>160.835</u>	<u>166.517</u>	<u>194.204</u>	<u>199.511</u>
Passivo de imposto diferido (líquido)	<u>143.135</u>	<u>149.934</u>	<u>176.349</u>	<u>182.879</u>

A Administração reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. Com base em projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração, a Administração estima que esses créditos, consolidados, sejam realizados conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
Ativo de imposto diferido				
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	4.304	5.060	4.304	5.060
Ativo de imposto diferido a ser recuperado após de 12 meses	13.396	11.523	13.551	11.572
	<u>17.700</u>	<u>16.583</u>	<u>17.855</u>	<u>16.632</u>
Passivo de imposto diferido				
Passivo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	5.874	5.694	5.124	3.867
Passivo de imposto diferido a ser recuperado após de 12 meses	154.961	160.823	189.080	195.644
	<u>160.835</u>	<u>166.517</u>	<u>194.204</u>	<u>199.511</u>

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos, é assim demonstrada :

Controladora	Saldo inicial 31.12.11	Reconhecido no Resultado	Saldo Final 30.06.12
Impostos diferidos ativos com relação a:			
Provisão para participações	1.021	763	1.784
Provisão para riscos diversos	14.161	(744)	13.417
Outros	134	(69)	65
Total diferenças temporárias	15.316	(50)	15.266
Prejuízos fiscais	1.267	1.167	2.434
	<u>16.583</u>	<u>1.117</u>	<u>17.700</u>
Consolidado	Saldo inicial 31.12.11	Reconhecido no Resultado	Saldo Final 30.06.12
Impostos diferidos ativos com relação a:			
Provisão para participações	1.021	772	1.793
Provisão para riscos diversos	14.161	(744)	13.417
Outros	183	28	211
Total diferenças temporárias	15.365	56	15.421
Prejuízos fiscais	1.267	1.167	2.434
	<u>16.632</u>	<u>1.223</u>	<u>17.855</u>

Controladora	<u>Saldo inicial</u>	<u>Reconhecido</u>	<u>Reconhecido</u>	<u>Saldo final</u>
	<u>31.12.11</u>	<u>no resultado</u>	<u>no patrimônio líquido</u>	<u>30.06.12</u>
Impostos diferidos passivos com relação a:				
Variação cambial reconhecida por caixa	5.365	(2.731)	-	2.634
Valor justo dos ativos biológicos	41.102	922	-	42.024
Custo atribuído do ativo biológico e revisão da vida útil	119.085	(958)	-	118.127
Subvenção governamental	965	(170)	-	795
Hedge de fluxo de caixa	-	-	(2.745)	(2.745)
	<u>166.517</u>	<u>(2.937)</u>	<u>(2.745)</u>	<u>160.835</u>
Consolidado	<u>Saldo inicial</u>	<u>Reconhecido</u>	<u>Reconhecido</u>	<u>Saldo final</u>
	<u>31.12.11</u>	<u>no resultado</u>	<u>no patrimônio líquido</u>	<u>30.06.12</u>
Impostos diferidos passivos com relação a:				
Variação cambial reconhecida por caixa	7.448	(1.941)	-	5.507
Valor justo dos ativos biológicos	43.432	721	-	44.153
Custo atribuído do ativo biológico e revisão da vida útil	147.666	(1.172)	-	146.494
Subvenção governamental	965	(170)	-	795
Hedge de fluxo de caixa	-	-	(2.745)	(2.745)
	<u>199.511</u>	<u>(2.562)</u>	<u>(2.745)</u>	<u>194.204</u>

12. INVESTIMENTOS

	Habitasul Florestal	Irani Trading	Meu Móvel de Madeira	HGE Geração de Energia	Iraflor Comercio de Madeiras	Total
Em 31 de dezembro de 2011	<u>115.033</u>	<u>90.524</u>	<u>1.359</u>	<u>3.529</u>	<u>38.130</u>	<u>248.575</u>
Resultado da equivalência patrimonial	(1.318)	5.762	215	(332)	(1.018)	3.309
Dividendos	(11.915)	(11.324)	-	-	-	(23.239)
Aporte de Capital	-	4.563	2.011	-	3.370	9.944
Em 30 de junho de 2012	<u>101.800</u>	<u>89.525</u>	<u>3.585</u>	<u>3.197</u>	<u>40.482</u>	<u>238.589</u>
Passivo	28.682	52.088	2.344	36	163	
Patrimônio líquido	101.801	89.536	3.586	3.199	40.486	
Ativo	130.483	141.624	5.930	3.235	40.649	
Receita líquida	10.349	8.243	5.766	-	5.219	
Resultado do período	(1.318)	5.763	215	(332)	(1.018)	
Participação no capital em %	100,00	99,99	99,93	99,98	99,99	

A controlada Habitasul Florestal S.A., realiza operações de plantio, corte e manejo de florestas de pinus e extração de resinas.

A controlada Irani Trading S.A., realiza operações de intermediação de exportações e importações de bens, exportação de bens adquiridos para tal fim e na administração e locação de imóveis. Em maio de 2012 recebeu aporte de capital da controladora Celulose Irani S/A., no valor de R\$ 4.563 integralizados mediante incorporação de ativos imobilizados.

A controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda., realiza operações de administração e comercialização de florestas para a controladora Celulose Irani S.A. e também para o mercado. Em 26 de janeiro de 2012 recebeu aporte de capital da controladora Celulose Irani S.A., no valor de R\$ 3.370 mil integralizados mediante incorporação de ativos florestais.

A controlada Meu Móvel de Madeira Comércio de Móveis e Decorações Ltda., realiza operações de venda a varejo de móveis e decorações e serviços de montagem de móveis. Em maio de 2012 recebeu aporte de capital da controladora Celulose Irani S/A., no valor de R\$ 2.011 integralizados em espécie.

A controlada HGE Geração de Energia Sustentável Ltda., foi adquirida em 2009 e tem por objeto a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica de origem eólica para fins de comércio em caráter permanente, como produtor independente de energia. Esta empresa continua em fase pré-operacional e avalia os projetos para implementá-los.

13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Composição do imobilizado

Controladora	Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Veículos e tratores	(*) Outras imobilizações	Imobilizações em andamento	Adiantamento de fornecedor de imobilizado	Bens contratados em leasing financeiro	Imobilizações em imóveis de terceiros	Total
Em 31 de dezembro de 2011										
Custo	123.901	36.268	515.845	1.774	11.900	20.614	759	27.780	16.061	754.902
Depreciação Acumulada	-	(7.154)	(189.073)	(1.278)	(7.489)	-	-	(11.188)	(2.034)	(218.216)
Saldo contábil líquido	<u>123.901</u>	<u>29.114</u>	<u>326.772</u>	<u>496</u>	<u>4.411</u>	<u>20.614</u>	<u>759</u>	<u>16.592</u>	<u>14.027</u>	<u>536.686</u>
Em 30 de junho de 2012										
Saldo inicial	123.901	29.114	326.772	496	4.411	20.614	759	16.592	14.027	536.686
Aquisições	-	70	1.934	27	114	6.228	5.694	1.001	-	15.068
Baixas	-	477	(100)	5	61	(135)	(473)	(25)	-	(190)
Transferências	-	1.404	8.518	-	624	(10.546)	-	-	-	-
Depreciação	-	(873)	(15.265)	(94)	(613)	-	-	(1.567)	(322)	(18.734)
Saldo contábil líquido	<u>123.901</u>	<u>30.192</u>	<u>321.859</u>	<u>434</u>	<u>4.597</u>	<u>16.161</u>	<u>5.980</u>	<u>16.001</u>	<u>13.705</u>	<u>532.830</u>

Consolidado	Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Veículos e tratores	(*) Outras imobilizações	Imobilizações em andamento	Adiantamento de fornecedor de imobilizado	Bens contratados em leasing financeiro	Imobilizações em imóveis de terceiros	Total
Em 31 de dezembro de 2011										
Custo	174.487	147.777	515.971	1.877	14.571	21.024	759	27.904	16.061	920.431
Depreciação Acumulada	-	(30.405)	(189.103)	(1.293)	(7.232)	-	-	(11.195)	(2.034)	(241.262)
Saldo contábil líquido	<u>174.487</u>	<u>117.372</u>	<u>326.868</u>	<u>584</u>	<u>7.339</u>	<u>21.024</u>	<u>759</u>	<u>16.709</u>	<u>14.027</u>	<u>679.169</u>
Em 30 de junho de 2012										
Saldo inicial	174.487	117.372	326.868	584	7.339	21.024	759	16.709	14.027	679.169
Aquisições	1.094	4.433	1.965	59	144	6.330	5.694	1.001	-	20.720
Baixas	-	(138)	(101)	6	206	(234)	(473)	(26)	-	(760)
Transferências	-	1.404	8.518	-	624	(10.546)	-	-	-	-
Depreciação	-	(2.095)	(15.270)	(105)	(680)	-	-	(1.579)	(322)	(20.051)
Saldo contábil líquido	<u>175.581</u>	<u>120.976</u>	<u>321.980</u>	<u>544</u>	<u>7.633</u>	<u>16.574</u>	<u>5.980</u>	<u>16.105</u>	<u>13.705</u>	<u>679.078</u>

(*) Saldo referente a imobilizações como móveis e utensílios, equipamentos de informática.

b) Composição do intangível

O intangível é representado por licenças de softwares utilizados pela Companhia, que são capitalizados a custo histórico de aquisição.

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Em 31 de dezembro de 2011		
Custo	1.260	1.280
Amortização acumulada	<u>(1.019)</u>	<u>(1.035)</u>
Saldo contábil líquido	<u>241</u>	<u>245</u>
Em 30 de junho de 2012		
Saldo inicial	241	245
Aquisições	428	441
Amortização	<u>(65)</u>	<u>(66)</u>
Saldo contábil líquido	<u>604</u>	<u>620</u>

c) Método de depreciação

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação definidas com base na vida útil econômica dos ativos. A taxa utilizada está apresentada pela média ponderada.

	<u>Taxa %</u>
Prédios e construções *	2,25
Equipamentos e instalações **	6,45
Móveis , utensílios e equipamentos de informática	5,71
Veículos e tratores	20,00

* incluem taxas ponderadas de imobilizações em imóveis de terceiros

** incluem taxas ponderadas de leasing financeiros

d) Outras informações

As imobilizações em andamento referem-se a obras para melhoria e manutenção do processo produtivo das Unidades Papel para Embalagens e Embalagem PO em Vargem Bonita – SC e da Unidade Embalagem PO em Indaiatuba – SP. Durante o período, foram capitalizados custos com taxa média de 9,18% ao ano, de empréstimos utilizados

especificamente para financiar a execução de alguns projetos de investimentos, no montante de R\$ 313.

O adiantamento a fornecedores refere-se aos investimentos nas Unidades Papel para Embalagens e Embalagem PO de Vargem Bonita – SC.

A Companhia tem responsabilidade por contratos de arrendamento mercantil de máquinas, equipamentos de informática e veículos, com cláusulas de opção de compra, negociados com taxa pré-fixada e 1% de valor residual garantido pago ao final ou diluído durante a vigência do contrato, e que tem como garantia a alienação fiduciária dos próprios bens. Os compromissos assumidos estão registrados como empréstimos no passivo circulante e não circulante.

As imobilizações em imóveis de terceiros referem-se à reforma civil na Unidade de Embalagem em Indaiatuba-SP que é depreciada pelo método linear a taxa de 4% (quatro por cento) ao ano. O imóvel é de propriedade das empresas MCFD – Administração de Imóveis Ltda. e PFC – Administração de Imóveis Ltda., sendo que o ônus da reforma foi todo absorvido pela Celulose Irani S.A.

e) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (impairment)

A Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realizações de seus ativos em 30 de junho de 2012.

f) Ativos cedidos em garantia

A Companhia possui ativos imobilizados em garantia de operações financeiras, conforme descrito abaixo.

	<u>Consolidado</u>
	<u>30.06.12</u>
Equipamentos e instalações	42.226
Prédios e construções	90.722
Terras	<u>104.644</u>
Total de imobilizado em garantias	<u><u>237.592</u></u>

14. ATIVO BIOLÓGICO

Os ativos biológicos da Companhia compreendem principalmente o cultivo e plantio de florestas de pinus para abastecimento de matéria-prima na produção de celulose utilizada no processo de produção de papel, produção de resinas e vendas de toras de madeira para terceiros. Todos os ativos biológicos da Companhia formam um único grupo denominado florestas, que são mensuradas conjuntamente a valor justo em

períodos semestrais. Como a colheita das florestas é realizada em função da utilização de matéria prima e das vendas de madeira, e todas as áreas são replantadas, a variação do valor justo desses ativos biológicos não sofre efeito significativo no momento da colheita.

O saldo dos ativos biológicos da Companhia é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação. Desta forma, o saldo de ativos biológicos como um todo está registrado a valor justo conforme a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	30.06.12	30.06.11	31.12.11	30.06.12	30.06.11	31.12.11
Custo de formação dos						
Ativos biológicos	38.294	35.540	36.489	76.230	63.357	74.107
Diferencial do valor justo	91.442	94.529	92.027	155.805	167.937	165.890
Ativo biológico a valor justo	129.736	130.069	128.516	232.035	231.294	239.997

A Companhia considera que deste total de ativos biológicos, R\$ 159.796 são florestas utilizadas como matéria-prima para produção de celulose e papel, dos quais, R\$ 107.762 se referem a florestas formadas que possuem mais de 6 anos. O restante dos valores é referente a florestas em formação, as quais ainda necessitam de tratamentos silviculturais. Esses ativos estão localizados próximos à fábrica de Celulose e Papel em Vargem Bonita, SC, onde são consumidos.

A colheita destas florestas é realizada principalmente em função da utilização de matéria-prima para a produção de celulose e papel, e as florestas são replantadas assim que colhidas, formando um ciclo de renovação que atende a demanda de produção da unidade produtiva.

Os ativos biológicos utilizados para produção de resinas e vendas de toras representam R\$ 72.239, e estão localizados no litoral do RS. A extração de resina é realizada em função da capacidade de geração deste produto pela floresta existente, e a extração de madeira para venda de toras se dá em função da demanda de fornecimento na região.

- a) Premissas para o reconhecimento do valor justo menos custos para vendas dos ativos biológicos.

A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo seguindo as seguintes premissas em sua apuração:

- (i) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde à projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas nos ciclos de corte determinados em função da otimização da produção, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;

- (ii) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa foi a de Custo do Capital Próprio (Capital Asset Pricing Model – CAPM). O custo do capital próprio é estimado por meio de análise do retorno almejado por investidores em ativos florestais;
- (iii) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, adotado sortimentos para o planejamento de produção, idade das florestas, potencial produtivo e considerado um ciclo de produção das florestas. São criadas alternativas de manejo para estabelecer o fluxo de produção de longo prazo ideal para maximizar os rendimentos das florestas;
- (iv) Os preços adotados para os ativos biológicos são os preços praticados em cada período de análise, baseados em pesquisas de mercado nas regiões de localização dos ativos. São praticados preços em R\$/metro cúbico, e considerados os custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;
- (v) Os gastos com plantio utilizados são os custos de formação dos ativos biológicos praticados pela Companhia;
- (vi) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo médio dos ativos biológicos, multiplicado pelo volume colhido no período;
- (vii) A Companhia revisa o valor justo de seus ativos biológicos periodicamente, (em geral semestralmente) considerando o intervalo que julga suficiente para que não haja defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras.

Entre as principais premissas consideradas no cálculo do valor justo dos ativos biológicos estão a remuneração dos ativos próprios que contribuem (arrendamento), a taxa de 3% ao ano, e a taxa de desconto, de 7,5% ao ano para os ativos de SC e de 8,0% para os ativos do RS.

Neste período a Companhia avaliou seus ativos biológicos através de empresa especializada, para a qual foram observados as premissas e critérios previamente estabelecidos e historicamente seguidos, com o objetivo de manter a homogeneidade das avaliações. Considerando-se os efeitos da exaustão realizada no semestre, comparativamente ao saldo contábil dos mesmos ativos, a avaliação apresentou decréscimo de aproximadamente 1% do total dos ativos. Esta variação deu-se principalmente em razão do nível de crescimento e estratégias de corte da floresta, e do incremento dos custos indiretos (overhead) e dos custos diretos de silvicultura. Não houve no período outro evento que impactasse a valorização do ativo biológico, como temporais, raios e outros que podem afetar as florestas.

Principais movimentações

As movimentações do período são demonstradas abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31.12.11	128.516	239.997
Plantio	2.282	2.466
Exaustão		
Custo histórico	(395)	(987)
Valor justo	(1.170)	(7.182)
Transferência para capitalização em controlada	(3.370)	-
Varição do valor justo	3.873	(2.259)
Saldo em 30.06.12	<u>129.736</u>	<u>232.035</u>

A exaustão dos ativos biológicos dos períodos foi substancialmente apropriada ao custo de produção, após alocação nos estoques mediante colheita das florestas e utilização no processo produtivo ou venda para terceiros.

Em 03 de junho de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a integralização de capital na Iraflor Comércio de Madeiras Ltda., através da transferência de ativos florestais de propriedade da Companhia. Neste exercício foi autorizado o aporte de novos ativos biológicos no montante de R\$ 3.370. Esta operação teve por objetivo final proporcionar uma melhor gestão dos ativos florestais e a captação de recursos através de CDCA, conforme divulgado na nota explicativa nº 15.

b) Ativos biológicos cedidos em garantia

A Companhia possui parte dos ativos biológicos em garantias de operações financeiras no valor de R\$ 100.263, o que representa aproximadamente 43% do valor total dos ativos biológicos, e equivale a 20,5 mil hectares de terras utilizadas, com aproximadamente 9,7 mil hectares de florestas plantadas.

c) Produção em terras de terceiros

A Companhia possui contratos de arrendamentos não canceláveis para produção de ativos biológicos em terras de terceiros, chamados de parcerias. Estes contratos possuem validade até que o total das florestas existentes nestas áreas seja colhido.

15. CAPTAÇÕES

	Controladora		Consolidado		
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11	
Circulante					
Moeda nacional					
FINAME	5.390	8.604	5.390	8.604	a)
Capital de giro	25.310	30.171	25.887	30.666	b)
Capital de Giro - CDCA	14.987	15.505	14.987	15.505	c)
Leasing financeiro	1.439	1.065	1.479	1.102	d)
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI	-	-	13.258	13.258	e)
Total moeda nacional	47.126	55.345	61.001	69.135	
Moeda estrangeira					
Leasing financeiro	2.763	2.475	2.763	2.475	f)
Adiantamento contrato de câmbio	16.347	5.641	16.347	5.641	g)
Toronto Dominion Bank	-	177	-	177	
Banco Credit Suisse	708	20.256	708	20.256	h)
Banco C.I.T.	495	942	495	942	i)
Banco Santander (Brasil)	1.567	1.638	1.567	1.638	j)
Banco Santander	1.057	2.014	1.057	2.014	k)
Banco Itaú BBA	4.836	-	4.836	-	l)
Banco do Brasil	1.100	-	1.100	-	m)
Total moeda estrangeira	28.873	33.143	28.873	33.143	
Total do circulante	75.999	88.488	89.874	102.278	
Não Circulante					
Moeda nacional					
FINAME	8.772	9.240	8.772	9.240	a)
Capital de Giro	22.034	25.643	22.034	25.643	b)
Capital de Giro - CDCA	61.351	78.367	61.351	78.367	c)
Leasing financeiro	1.507	1.416	1.563	1.493	d)
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI	-	-	2.210	8.838	e)
Total moeda nacional	93.664	114.666	95.930	123.581	
Moeda estrangeira					
Leasing financeiro	1.382	1.164	1.382	1.164	f)
Banco Credit Suisse	73.749	53.600	73.749	53.600	h)
Banco Santander (Brasil)	-	1.638	-	1.638	j)
Banco Itaú BBA	39.830	-	39.830	-	l)
Banco do Brasil	2.201	-	2.201	-	m)
Total moeda estrangeira	117.162	56.402	117.162	56.402	
Total do não circulante	210.826	171.068	213.092	179.983	
Total	286.825	259.556	302.966	282.261	

Vencimentos no longo prazo:	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
2013	10.697	43.564	12.922	52.403
2014	42.170	49.400	42.199	49.400
2015	55.692	47.524	55.704	47.524
2016 à 2019	102.267	30.580	102.267	30.656
	<u>210.826</u>	<u>171.068</u>	<u>213.092</u>	<u>179.983</u>

Captações em moeda nacional:

- a) Finame - estão sujeitos a taxas de juros médias de 8,66% ao ano com vencimento final em 2019.
- b) Capital de giro - estão sujeitos a taxas de juros médias de 9,28% ao ano com vencimento final no primeiro semestre de 2017.

Custo de Transação:

As operações de capital de giro, Banco Safra, incorreram num custo de transação de R\$ 279 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 10,72%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente:

Ano	Principal
2012	86
2013	105
2014	36
2015	19
	<u>246</u>

c) Capital de giro – CDCA

Em 20 de junho de 2011, a Companhia emitiu Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, no valor nominal de R\$ 90.000 em favor do Banco Itaú BBA S.A e do Banco Rabobank International Brasil S.A.

O CDCA tem a ele vinculado os direitos creditórios oriundos de Cédulas de Produtor Rural Física (“CPR”), emitida pela controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda., que tem como credora a Celulose Irani S.A., nos termos da Lei nº 8.929 de 22 de agosto de 1994.

Esta operação será liquidada em 6 parcelas anuais a partir de junho de 2012, atualizável pelo IPCA, acrescida de 10,22% ao ano.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 3.636 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 16,15%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente:

Ano	Principal
2012	411
2013	763
2014	634
2015 à 2017	903
	2.711

- d) Leasing financeiro – estão sujeitos a taxas de juros médias de 15,87% ao ano com vencimento final em 2015.
- e) Cédula de crédito imobiliário – CCI

Em 03 de agosto de 2010 a controlada Irani Trading S.A., emitiu Instrumento Particular de Cédula de Créditos Imobiliários – CCI, lastreada em contrato de locação celebrado em 20 de outubro de 2009, entre a Irani Trading S.A. e Celulose Irani S.A.

A Irani Trading S.A. cedeu a CCI para a Brazilian Securities Companhia de Securitização. Em decorrência desta cessão, a Securitizadora emitiu em regime fiduciário Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs e pagou em 06 de agosto de 2010 para a Irani Trading S.A. o preço da cessão da CCI, no montante de R\$ 40.833, que equivale ao valor presente líquido de 37 parcelas futuras de aluguel à taxa de 14,70% ao ano.

Essa operação está sendo liquidada em 37 parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$ 1.364 cada, com início em 25 de agosto de 2010 e término em 25 de agosto de 2013, devidas pela locatária Celulose Irani S.A. à cedente Irani Trading S.A., por força do contrato de locação.

Captações em moeda estrangeira:

As captações em moeda estrangeira em 30 de junho de 2012 estão atualizadas pela variação cambial do dólar ou do euro, e sobre os mesmos incidem juros médios de 7,83% ao ano para operações em dólar e de 4,52% ao ano para operações em Euro.

- f) Leasing financeiro atualizável pela variação cambial do dólar e pagável em parcelas trimestrais com vencimento no final de 2013.
- g) Adiantamentos contratos de câmbio atualizáveis pela variação cambial do dólar e pagável em parcela única, com vencimento no primeiro semestre de 2013.

- h) Banco Credit Suisse, atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas trimestrais, refere-se à operação de pré-pagamento de exportação.

Por meio de Amended and Restated de 27 de abril de 2012, a Companhia e Credit Suisse repactuaram a operação de pré-pagamento de exportação que passa a ter vencimento final em 2017, bem como 30 meses de carência para pagamento das parcelas do principal.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 5.310. Em 27 de abril de 2012 efetuamos nova repactuação de prazo que incorreram num custo adicional de transação de R\$ 2.550. Sua taxa de juros efetiva (TIR) que era de 19,12%, após esta repactuação passou a ser 12,31%.

Abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente:

Ano	Principal
2014	668
2015	2.675
2016	2.675
2017	668
	<u>6.686</u>

- i) Banco C.I.T., atualizável pela variação cambial do euro, pagável em parcelas trimestrais com vencimento final em 2012.
- j) Banco Santander (Brasil), atualizável pela variação cambial do euro, pagável em parcelas anuais com vencimento final em 2013.
- k) Banco Santander, atualizável pela variação cambial do euro, pagável em parcelas semestrais com vencimento final em 2012.
- l) Banco Itaú BBA, atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas semestrais com vencimento final em 2017.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 560 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 6,38%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente:

Ano	Principal
2012	98
2013	162
2014	122
2015 à 2017	113
	<u>495</u>

m) Banco do Brasil, atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas semestrais com vencimento final em 2015.

Garantias:

A Companhia mantém em garantia das operações de empréstimos e financiamentos aval de empresas controladoras e/ou hipoteca ou alienação fiduciária de terrenos, edificações, máquinas e equipamentos, ativos biológicos (florestas), penhor mercantil e cessão fiduciária de recebíveis com valor de R\$ 98.251. Outras operações mantêm garantias específicas conforme segue:

- i) Para Capital de giro – CDCA (Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio), a Companhia constituiu garantias reais em montante aproximado de R\$ 90.342 sendo:
 - Cessão fiduciária em favor do credor sobre direitos creditórios oriundos das CPRs – Cédulas de Produtor Rural a ele vinculado.
 - Hipoteca em favor dos Bancos de alguns imóveis da Companhia, equivalentes a 9.500 hectares.
 - Alienação fiduciária de florestas de pinus e eucalipto existente sobre os imóveis objeto de hipoteca, de propriedade da Emitente.

- ii) Para Cédula de crédito imobiliário – CCI, a Companhia constituiu garantias reais em favor da Securitizadora em montante aproximado de R\$ 35.114, sendo:
 - Hipoteca de alguns imóveis da Celulose Irani S.A, objeto das matrículas nº 2.479, 2.481 e 8.535 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ponte Serrada, SC.
 - Penhor agrícola dos ativos florestais (pinus e eucaliptos) existentes nas áreas objeto de hipoteca, relacionadas no item anterior.
 - Cessão Fiduciária de Bens e Direitos representada por Caução de Duplicatas, em montante equivalente a 3(três) parcelas mensais devidas pela locatária Celulose Irani S.A. à cedente Irani Trading S.A., por força do contrato de locação.

- iii) Para o financiamento de pré-pagamento de exportação, contratado junto ao Banco Credit Suisse, foram oferecidos como garantia as ações que a Companhia detém da controlada Habitasul Florestal S.A.

- iv) Em garantia a operação do Banco Santander (Brasil) foram oferecidos os direitos da carteira sobre a negociação dos créditos de carbono, oriundos do projeto de Co-geração de Energia negociados em contratos com vigência até o ano de 2012.

Cláusulas Financeiras Restritivas:

Alguns contratos de financiamento junto a instituições financeiras possuem cláusulas financeiras restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros, calculados sobre as demonstrações financeiras consolidadas conforme abaixo:

- i) Capital de giro – CDCA (Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio)
- ii) Cédula de crédito imobiliário – CCI
- iii) Banco Itaú BBA

Foram determinadas algumas cláusulas financeiras restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros com verificação trimestral, e o não atendimento pode gerar evento de vencimento antecipado da dívida.

- a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses não poderá ser superior a partir do trimestre fiscal findo em, 30 de junho de 2012 (inclusive) a 3,00x. Ressalvado no entanto, que caso, em um dado trimestre fiscal (Trimestre Referência), o descumprimento do indicador de relação entre dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses, tenha ocorrido em um período onde a Variação Cambial tenha sido positiva e superior a 15%, fica desde já estabelecido que, somente nesta hipótese, a Emissora fica dispensada do cumprimento deste índice financeiro para este trimestre. Haverá uma nova medição deste indicador, com base nos resultados relativos ao trimestre fiscal imediatamente subsequente onde a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos últimos 12 Meses não poderá ser superior ao limite pré-estabelecido relativo ao Trimestre Referência.
- b) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a partir do trimestre fiscal findo em, 30 de junho de 2012 (inclusive), 2,00x.
- c) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a receita líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a 17% em todo o período da operação, até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão.

Em 30 de junho de 2012 A Companhia atendeu os índices exigidos nas cláusulas contratuais acima.

- iv) Banco Credit Suisse

- a) Relação dívida líquida sobre EBITDA de (i) 3,00 vezes para os trimestres findos entre 30 de junho de 2012 e 30 de março de 2015; (ii) 3,75 vezes para os trimestres subsequentes até 2017.
- b) Relação EBITDA sobre despesa financeira líquida de 2,00x para os trimestres fiscais findos a partir de 30 de junho de 2012 até 2017.

Em 30 de junho de 2012 a Companhia atendeu os índices exigidos nas cláusulas contratuais acima.

- v) Banco Santander (Brasil) (verificação realizada somente no final de cada exercício).
 - a) Margem de EBITDA igual ou maior a 17%;
 - b) Relação dívida líquida sobre EBITDA máxima de 3 vezes;
 - c) Alavancagem financeira máxima de 2 vezes o patrimônio líquido tangível conforme definido em contrato.

Legenda:

TJLP – Taxa de juros de longo prazo.

CDI – Certificado de depósito interbancário

EBITDA - o resultado operacional adicionado das (receitas) despesas financeiras líquidas e de depreciações, exaustões e amortizações.

ROL – Receita operacional líquida

16. DEBÊNTURES

Primeira Emissão de Debêntures Simples

A Companhia emitiu debêntures simples em 12 de abril de 2010, não conversíveis em ações, cuja colocação foi feita por meio de oferta pública com esforços restritos de distribuição, no valor de R\$ 100.000. As debêntures vencerão em março de 2015 e estão sendo amortizadas em oito parcelas semestrais a partir de setembro de 2011, atualizável pela variação do CDI acrescido de 5% ao ano. Os juros são devidos em parcelas semestrais sem carência.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 3.623 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 16%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente:

Ano	Principal
2012	425
2013	852
2014	893
2015	226
	<u>2.396</u>

Garantias:

As Debêntures contam com garantias reais no valor de R\$ 157.260, conforme segue:

- Alienação fiduciária em favor do Agente Fiduciário de terras da Celulose Irani em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Alienação de Imóvel Irani e outras Avenças, o qual garantirá a dívida até o limite de R\$ 26.205.
- Alienação fiduciária em favor do Agente Fiduciário de Terrenos e Edificações da Irani Trading em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Alienação de Imóvel Trading e outras Avenças, o qual garantirá a dívida até o limite de R\$ 40.000.
- Penhor Agrícola em favor do Agente Fiduciário de Ativos Florestais da Celulose Irani em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Penhor Agrícola e outras Avenças.
- Cessão fiduciária em favor do Agente Fiduciário de direitos creditórios de titularidade da Celulose Irani no valor de 25% do saldo devedor de principal das Debêntures;

Cláusulas Financeiras Restritivas:

Foram determinadas algumas cláusulas restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros com verificação trimestral, e o não atendimento pode gerar evento de vencimento antecipado da dívida. As cláusulas restritivas foram integralmente cumpridas neste período e estão apresentadas abaixo:

- a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses não poderá ser superior, a partir do trimestre fiscal findo em 30 de junho de 2012 (inclusive) a 3,00x. Ressalvado no entanto, que caso, em um dado trimestre fiscal (Trimestre Referência), o descumprimento do indicador de relação entre dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses, tenha ocorrido em um período onde a Variação Cambial tenha sido positiva e superior a 15%, fica desde já estabelecido que, somente nesta hipótese, a Emissora fica dispensada do cumprimento deste índice financeiro para este trimestre. Haverá uma nova medição deste indicador, com base nos resultados relativos ao trimestre fiscal imediatamente subsequente onde a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos últimos 12 Meses não poderá ser superior ao limite pré-estabelecido relativo ao trimestre Referência.

- b) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a parir do trimestre fiscal findo em, 30 de junho de 2012 (inclusive) a 2,00x.
- c) A relação entre o EBITDA dos Últimos 12 Meses e a Receita Líquida dos Últimos 12 Meses não poderá ser inferior a 17% em todo o período da operação, até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão.

Em 30 de junho de 2012 a Companhia atendeu os índices exigidos nas cláusulas contratuais acima.

Primeira Emissão Privada de Debêntures Simples

A Companhia emitiu debêntures simples em 19 de agosto de 2010, não conversíveis em ações, cuja integralização foi feita pela controlada Irani Trading S.A., pelo valor de R\$ 40.000. As debêntures vencerão em parcela única em agosto de 2015 e são atualizadas pelo IPCA mais 6% ao ano. Os juros serão pagos juntamente com a parcela única em agosto de 2015.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 1.902 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 9,62%. É apresentado abaixo o montante dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente:

Esta emissão não contém garantias nem cláusulas financeiras restritivas.

O quadro a seguir mostra a exigibilidade por ano das operações de debêntures.

Ano	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
2012	12.526	25.226	12.526	25.226
2013	24.817	24.999	24.817	24.999
2014	24.420	24.603	24.420	24.603
2015	60.093	57.625	11.643	11.652
	<u>121.855</u>	<u>132.453</u>	<u>73.405</u>	<u>86.480</u>
Parcela do circulante	25.901	26.000	25.901	26.000
Parcela do não circulante	95.954	106.453	47.504	60.480

17. FORNECEDORES

Correspondem aos débitos junto a fornecedores conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
CIRCULANTE				
Interno				
Materiais	26.256	26.377	27.366	27.741
Ativo imobilizado	1.844	1.975	1.844	1.975
Prestador de serviços	1.843	2.451	2.018	2.603
Transportadores	4.625	5.211	4.636	5.271
Partes relacionadas	13.613	6.653	-	-
Externo				
Materiais	31	123	31	123
	<u>48.212</u>	<u>42.790</u>	<u>35.895</u>	<u>37.713</u>

18. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS

A Companhia optou pelo REFIS, normatizado pela Lei 11.941/09 e MP 470/09, para parcelamento de seus tributos. Os parcelamentos são amortizados mensalmente e estão atualizados monetariamente pela variação da SELIC.

A Companhia parcelou o ICMS ordinário do Estado de São Paulo e sobre o mesmo incidem juros de 2% ao mês, amortizado mensalmente.

Os valores estão apresentados conforme a seguir:

CIRCULANTE

CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
<u>Parcelamento Federal</u>				
Parcelamento REFIS Receita Federal	770	2.148	817	2.177
Parcelamento INSS Patronal	2.252	721	2.329	811
Parcelamento FNDE	-	-	23	-
	<u>3.022</u>	<u>2.869</u>	<u>3.169</u>	<u>2.988</u>

	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
<u>Parcelamento Estadual</u>				
Parcelamento ICMS	1.905	1.693	1.905	1.693
	<u>1.905</u>	<u>1.693</u>	<u>1.905</u>	<u>1.693</u>
Total Parcelamentos	<u>4.927</u>	<u>4.562</u>	<u>5.074</u>	<u>4.681</u>

NÃO CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
<u>Parcelamento Federal</u>				
Parcelamento REFIS Receita Federal	5.118	6.200	5.158	6.253
Parcelamento INSS Patronal	1.380	1.682	1.458	1.802
Parcelamento FNDE	-	-	82	-
	<u>6.498</u>	<u>7.882</u>	<u>6.698</u>	<u>8.055</u>

	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
<u>Parcelamento Estadual</u>				
Parcelamento ICMS	2.182	2.784	2.182	2.784
	<u>2.182</u>	<u>2.784</u>	<u>2.182</u>	<u>2.784</u>
Total Parcelamentos	<u>8.680</u>	<u>10.666</u>	<u>8.880</u>	<u>10.839</u>

Vencimentos no longo prazo:	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
2013	1.768	2.912	1.826	3.031
2014	2.063	2.327	2.160	2.381
2015	825	787	848	787
2016	699	488	722	511
Acima	3.325	4.152	3.324	4.129
	<u>8.680</u>	<u>10.666</u>	<u>8.880</u>	<u>10.839</u>

INSS – Refere-se a parcelamento Previdenciário da Lei 10.684/03 e que a Companhia aderiu ao Refis em novembro de 2009.

Receita Federal – Refere-se a parcelamento de Tributos Federais da Lei 10.684/03 e que a Companhia aderiu ao Refis em novembro de 2009, e parcelamento de outros débitos de IPI no montante atualizado de R\$ 7.848 sendo R\$ 2.646 de principal e R\$ 5.202 de multas e de juros de mora. Este valor está sendo pago em 180 parcelas e atualizado pela SELIC.

INSS Patronal – Refere-se a parcelamento Previdenciário de novembro e dezembro de 2008.

19. PARTES RELACIONADAS

Controladora	Contas a receber		Contas a pagar		Debêntures a pagar		Mútuo passivo	
	30.06.12	31.12.2011	30.06.12	31.12.2011	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
Irani Trading S.A.	15.098	3.774	1.447	1.400	48.450	45.973	961	2.109
Habitatul Florestal S.A.	14.287	3.972	2.501	375	-	-	-	-
HGE - Geração de Energia	-	-	424	920	-	-	-	-
Meu Móvel de Madeira	-	1.905	-	-	-	-	-	-
Iraflor - Com. de Madeiras Ltda	-	-	9.757	4.877	-	-	-	-
Remuneração dos administradores	-	-	457	877	-	-	-	-
Participação dos administradores	-	-	3.579	5.279	-	-	-	-
Total	29.385	9.651	18.165	13.728	48.450	45.973	961	2.109
Parcela circulante	(29.385)	(9.651)	(18.165)	(13.728)	-	-	-	-
Parcela não circulante	-	-	-	-	48.450	45.973	961	2.109

Controladora	Receitas		Despesas		Receitas		Despesas	
	Período de 3 meses findos em		Período de 3 meses findos em		Período de 6 meses findos em		Período de 6 meses findos em	
	30.06.12	30.06.11	30.06.12	30.06.11	30.06.12	30.06.11	30.06.12	30.06.11
Irani Trading S.A.	-	-	4.313	4.307	-	-	8.621	8.555
Habitusul Florestal S.A.	-	-	1.086	946	-	-	2.125	1.797
Iraflor - Com. de Madeiras Ltda	-	-	1.481	-	-	-	5.098	-
Druck, Mallmann, Oliveira & Advogados Associados	-	-	52	38	-	-	132	113
MCFD Administração de Imóveis Ltda	-	-	260	273	-	-	521	496
Irani Participações S/A	-	-	120	120	-	-	240	240
Habitusul Desenvolvimentos Imobiliários	-	-	28	26	-	-	56	52
Remuneração dos administradores	-	-	1.581	963	-	-	2.734	2.094
Total	-	-	8.921	6.673	-	-	19.527	13.347

Consolidado	Contas a pagar		Despesas		Despesas	
			Período de 3 meses findos em		Período de 6 meses findos em	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	30.06.11	30.06.12	30.06.11
Irani Participações	-	-	120	120	240	240
Companhia Com.de Imóveis	-	-	-	-	-	447
Druck, Mallmann, Oliveira & Advogados Associados	-	-	52	41	132	82
MCFD Administração de Imóveis Ltda	-	-	260	273	520	496
Remuneração dos administradores	1.207	877	1.702	1.066	2.943	2.281
Habitusul Desenvolvimentos Imobiliários	-	-	28	26	56	52
Participação dos administradores	5.279	5.279	-	-	-	-
Total	6.486	6.156	2.162	1.526	3.891	3.598
Parcela circulante	(6.486)	(6.156)	(2.162)	(1.526)	(3.891)	(3.598)

Os créditos e débitos junto às controladas Irani Trading S.A., Habitusul Florestal S.A. e Iraflor - Comercio de Madeiras Ltda. são decorrentes de operações comerciais e de aquisição de matéria prima e fornecimento de produtos. As operações são realizadas com condições e valores condizentes com os respectivos mercados. Sendo assim não há incidência de encargos nem vencimento final definido. Os valores de contas a receber pela controladora das controladas Irani Trading S.A. e Habitusul Florestal S.A. são referentes aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2011.

A Irani Trading S.A. é atualmente proprietária de Imóvel Industrial localizado em Vargem Bonita, SC, o qual está locado para a Celulose Irani S.A., nos termos do Contrato de Locação firmado entre as partes em 20 de outubro de 2009, e aditado em 24 de março de 2010. O referido contrato tem prazo de 64 meses da emissão do termo de início da locação que se deu em 01 de janeiro de 2010. O valor locatício é de R\$ 1.364 mensais fixos.

A Companhia emitiu em 19 de agosto de 2010 debêntures simples, as quais foram adquiridas pela controlada Irani Trading S.A. e são atualizadas pelo IPCA mais 6% ao ano com vencimento descrito na nota 16.

A Companhia transferiu para a Iraflor em 2011 e 2012, R\$ 40.845 em florestas plantadas para integralização de capital. Em 16 de junho de 2011, a controlada Iraflor emitiu Cédulas de Produtor Rural Física (CPR) com vencimento final em junho de 2018 e que representam os direitos da Companhia de receber madeira neste período. Tendo os direitos creditórios oriundos dos CPRs, a

Companhia emitiu em 20 de junho de 2011, Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, em favor do Banco Itaú BBA S.A e do Banco Rabobank International Brasil S.A.

O débito junto a HGE Geração de Energia Sustentável Ltda., é decorrente de valor a integralizar de capital social referente alteração contratual com aumento de capital a ser integralizado até final do ano de 2012.

O débito junto a Irani Participações é decorrente de prestação de serviços tomados pela Companhia.

O débito junto a Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários é decorrente de aluguel da unidade administrativa de Porto Alegre firmado em 01 de dezembro de 2008 com vigência por prazo indeterminado

O débito junto a MCFD Administração de Imóveis Ltda corresponde a 50% do valor mensal de aluguel da Unidade Embalagem em Indaiatuba-SP, firmado em 26 de dezembro de 2006 e sua vigência é de 20 anos prorrogáveis. O valor mensal pago à parte relacionada é de R\$ 87, sendo que o valor total mensal contratado atual é de R\$ 174 reajustados anualmente, de acordo com a mesma variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, medido pela Fundação Getúlio Vargas.

Os débitos junto a Druck, Mallmann, Oliveira & Advogados Associados corresponde a serviços de assessoria jurídica, contrato firmado em 01 de junho de 2006 com prazo indeterminado reajustado anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

Os débitos decorrentes da remuneração dos administradores referem-se aos honorários e a remuneração variável de longo prazo da diretoria.

As despesas com honorários da Administração, sem encargos sociais, totalizaram R\$ 1.702 em 30 de junho de 2012 (R\$ 1.066 em 30 de junho de 2011). A remuneração global dos administradores foi aprovada pela Assembleia Geral Ordinária de 25 de maio de 2012 no valor máximo de R\$ 16.600.

Adicionalmente foi destacada Participação dos Administradores referente ao resultado do exercício de 2010 e 2011, no montante de R\$ 5.279, equivalente a 10% do resultado líquido dos exercícios, conforme previsão estatutária da Companhia. Sua distribuição se dará aos administradores conforme programa de remuneração variável de longo prazo aprovado pelo Conselho de Administração.

20. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada na opinião de seus advogados e consultores legais, a Administração acredita que o saldo da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários é suficiente para cobrir perdas prováveis.

Abertura do saldo da provisão:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
Provisão cíveis	1.122	1.308	1.122	1.308
Provisão trabalhistas	520	499	569	566
Provisão tributárias	37.810	39.843	37.810	39.843
Total	<u>39.452</u>	<u>41.650</u>	<u>39.501</u>	<u>41.717</u>
Depósitos Judiciais	<u>548</u>	<u>996</u>	<u>597</u>	<u>1.258</u>

Movimentação do saldo da provisão

Controladora	31.12.11	Provisão	Pagamentos	Reversão	30.06.12
Cível	1.308	43	(229)	-	1.122
Trabalhista	499	52	(31)	-	520
Tributária	39.843	1.495	-	(3.528)	37.810
	<u>41.650</u>	<u>1.590</u>	<u>(260)</u>	<u>(3.528)</u>	<u>39.452</u>
Consolidado	31.12.11	Provisão	Pagamentos	Reversão	30.06.12
Cível	1.308	43	(229)	-	1.122
Trabalhista	566	81	(31)	(47)	569
Tributária	39.843	1.495	-	(3.528)	37.810
	<u>41.717</u>	<u>1.619</u>	<u>(260)</u>	<u>(3.575)</u>	<u>39.501</u>

As provisões constituídas referem-se principalmente a:

- a) Os processos cíveis relacionam-se, dentre outras questões, a pedidos indenizatórios de rescisões contratuais de Representação Comercial. Em 30 de junho de 2012, havia R\$ 1.122 provisionado para fazer frente às eventuais condenações nesses processos. Esses processos têm depósitos judiciais de R\$ 265, classificados no Ativo não Circulante.

- b) Os processos trabalhistas relacionam-se, entre outras questões, a reclamações formalizadas por ex-funcionários pleiteando pagamento de hora-extra, adicional de insalubridade, periculosidade, enfermidades e acidentes de trabalho. Com base em experiência passada e na assessoria de seus advogados, a Companhia mantém provisionado R\$ 569 em 30 de junho de 2012, e acredita que seja suficiente para cobrir eventuais perdas trabalhistas. Esses processos têm depósitos judiciais de R\$ 332, classificados no Ativo não Circulante.
- c) As provisões para processos tributários se referem à compensação de tributos federais referente às suas operações com créditos de IPI sobre aquisição de aparas realizados pela Companhia. O montante compensado entre os períodos de julho de 2007 a dezembro de 2011 foi de R\$ 26.384. O saldo atualizado em 30 de junho de 2012 totaliza R\$ 37.810.

Contingências

Para as contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis não foram constituídas provisões contábeis. Em 30 de junho de 2012, o montante dessas contingências possíveis de naturezas trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias é composto como segue:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.12</u>	<u>31.12.11</u>
Contingências trabalhistas	10.082	11.752
Contingências cíveis	2.496	2.064
Contingências ambientais	1.000	876
Contingências tributárias	<u>67.476</u>	<u>61.535</u>
	<u>81.054</u>	<u>76.227</u>

Contingências trabalhistas:

As ações trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 10.082 e contemplam principalmente causas de indenização (periculosidade, insalubridade, horas extras, adicionais, danos materiais decorrentes de acidente de trabalho). Se encontram em diversas fases processuais de andamento e são entendidas pela Administração com boas chances de êxito.

Contingências cíveis:

As ações cíveis avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 2.496 e contemplam principalmente ações de indenizações que se encontram em diversas fases processuais de andamento e são entendidas pela Administração com boas chances de êxito.

Contingências ambientais:

Refere-se à Ação Civil Pública, objetivando a recuperação da área degradada, que foi julgada parcialmente procedente, caso não seja possível efetuar a referida recuperação haverá conversão da mesma em indenização. Por se tratar de questão ambiental seu valor é de difícil mensuração, mesmo assim, a Companhia entende que o valor será inferior ao máximo estimado de R\$ 1.000.

Contingências tributárias:

As ações tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 67.476 e contemplam principalmente os seguintes processos:

- Processo Administrativo 10925.000172/2003-66 com valor em 30 de junho de 2012 de R\$ 10.559, referente à auto de infração de IPI originado por suposta irregularidade na compensação de crédito tributário. O processo encontra-se no Conselho de Contribuintes aguardando o julgamento do Recurso Especial protocolado pela Companhia.
- Execução Fiscal nº 2004.72.03.001555-8 do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social com valor em 30 de junho de 2012 de R\$ 4.485, referente à Notificação Fiscal de Lançamento de Débito que versa sobre contribuição social incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção de empresas agroindustriais. O processo encontra-se suspenso por decisão judicial, aguardando julgamento da Ação Anulatória nº 2005.71.00.002527-8.
- Execução Fiscal nº 99.70.00325-9 do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social com valor em 30 de junho de 2012 de R\$ 4.642 que trata de cobrança de crédito tributário por meio da NFLD nº 32.511.108-1, referente a contribuições previdenciárias supostamente devidas por empresas contratadas para a prestação do serviço de cessão de mão de obra, sendo a Companhia responsável solidária. O processo encontra-se suspenso por decisão judicial, aguardando julgamento da ação da Ação Ordinária nº 98.70.01692-8.
- Processos Administrativos nº. 11080.013972/2007-12 e nº. 11080.013973/2007-67 com valor em 30 de junho de 2012 de R\$ 3.778, referente a Autos de Infração de PIS e COFINS oriundos de suposto crédito tributário indevido. A Companhia contesta os referidos autos administrativamente e aguarda julgamento dos respectivos Recursos Voluntários.
- Processos Administrativos referentes a notificações fiscais do Estado de Santa Catarina, oriundos de suposto crédito tributário indevido por creditamento de ICMS na aquisição de materiais utilizados no processo produtivo das unidades Industriais instaladas neste Estado, com valor em 30 de junho de 2012 de R\$ 28.074. A Companhia discute administrativa e judicialmente as referidas notificações fiscais.

- Processos administrativos de nºs 11080.009902/2006-89, 11080.009904/2006-88 e 11080.009905/2006-12, referente compensações de tributos federais com Crédito Presumido de IPI sobre exportações, supostamente calculados indevidamente, com valores atualizados em 30 de junho de 2012 de R\$ 6.978. A Companhia discute administrativamente estas notificações e aguarda o julgamento dos recursos interpostos junto ao Conselho de Contribuintes.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social, em 30 de junho de 2012, é de R\$ 103.976, composto por 162.090.000 ações sem valor nominal, sendo 149.279.740 ações ordinárias e 12.810.260 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito a voto, participam dos lucros com remuneração superior à razão de 10%, em relação às ações ordinárias, e têm prioridade de reembolso do capital, sem prêmio em caso de liquidação da Companhia. A Companhia poderá emitir ações preferenciais, sem valor nominal e sem direito a voto, até o limite de 2/3 do número das ações representativas do capital social, bem como aumentar as espécies ou classes existentes sem guardar proporção entre si.

b. Ações em tesouraria

		Controladora		Controladora	
		30.06.12		31.12.11	
		Quant.	Valor	Quant.	Valor
Adquirido de ex. Diretores	Ordinárias	92.040	48	92.040	48
	Preferenciais	-	-	-	-
Plano de Recompra	Ordinárias	1.246.000	1.610	1.246.000	1.610
	Preferenciais	274.000	380	274.000	380
Direito de Recesso	Ordinárias	-	-	-	-
	Preferenciais	2.352.100	6.804	-	-
		<u>3.964.140</u>	<u>8.842</u>	<u>1.612.040</u>	<u>2.038</u>

Adquirido de ex. Diretores são ações adquiridas pela Companhia de ex-diretores que se desligaram em períodos anteriores, conforme determinava o plano de opção de ações então existente.

Plano de recompra teve por objetivo maximizar o valor das ações para os acionistas, e teve como prazo para realização da operação 365 dias, até 23 de novembro de 2011.

As ações adquiridas pelo Direito de Recesso foram objeto de alterações de vantagens atribuídas às ações preferenciais da Companhia deliberadas na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 19 de abril de 2012. Os acionistas titulares das ações preferenciais dissidentes tiveram direito de retirarem-se da Companhia mediante reembolso do valor das ações com base no valor patrimonial constante do balanço de 31 de dezembro de 2011.

A Administração da Companhia oportunamente proporá a destinação das ações em tesouraria ou o seu cancelamento.

c. Reserva de lucros

As Reservas de lucros estão compostas por: Reserva legal, Reserva de Ativos Biológicos e Reserva de retenção de lucros.

A Reserva legal se constitui pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício e poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumento de capital.

A Reserva de ativos biológicos foi constituída em função de a Companhia ter avaliado seus ativos biológicos a valor justo no balanço de abertura para adoção inicial do IFRS. A criação desta reserva estatutária foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de fevereiro de 2012, quando ocorreu a transferência do montante reconhecido anteriormente em reserva de lucros a realizar.

A Reserva de retenção de lucros está composta pelo saldo de lucros remanescentes após a compensação dos prejuízos e a constituição da reserva legal, bem como diminuído da parcela de dividendos distribuídos. Esses recursos serão destinados a investimentos em ativo imobilizado previamente aprovados pelo Conselho de Administração ou poderão, futuramente, serem deliberados para distribuição pela assembleia geral. Alguns contratos com credores contém cláusulas restritivas para distribuição de dividendos superiores ao mínimo legal.

d. Ajustes de avaliação patrimonial

Foi constituída em função de a Companhia ter avaliado seus ativos imobilizados (terras, maquinários e edificações) ao custo atribuído no balanço de abertura para adoção inicial do IFRS. Sua realização se dará pela depreciação do respectivo valor de custo atribuído, quando também será oferecida a base de dividendos, o saldo líquido dos impostos em 30 de junho de 2012 corresponde a um ganho de R\$ 244.266.

Também estão registrados os valores dos instrumentos financeiros designados como hedge de fluxo de caixa líquidos dos efeitos tributários, o saldo líquido dos impostos em 30 de junho de 2012 corresponde a uma perda de R\$ 5.331.

22. LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico e diluído é calculado pela divisão do lucro das operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada das ações disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui efeitos de ações potenciais como dívidas conversíveis em ações, desta forma o lucro diluído é igual ao lucro básico por ação.

	Período de 3 meses findos em 30.06.12		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	147.941.700	11.752.227	159.693.927
Prejuízo líquido do período atribuível a cada espécie de ações	(5.309)	(422)	(5.731)
Lucro por ação básico e diluído - R\$	(0,0359)	(0,0359)	

	Período de 3 meses findos em 30.06.11		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	148.343.700	12.646.260	160.989.960
Lucro líquido do período atribuível a cada espécie de ações	2.762	259	3.021
Lucro por ação básico e diluído - R\$	0,0186	0,0205	

	Período de 6 meses findos em 30.06.12		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	147.941.700	12.144.243	160.085.943
Lucro líquido do período atribuível a cada espécie de ações	(2.065)	(169)	(2.234)
Lucro por ação básico e diluído - R\$	(0,0140)	(0,0140)	

	Período de 6 meses findos em 30.06.11		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	148.560.040	12.688.260	161.248.300
Lucro líquido do período atribuível a cada espécie de ações	6.451	606	7.057
Lucro por ação básico e diluído - R\$	0,0434	0,0478	

23. PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AQUISIÇÃO DE AÇÕES

A Celulose Irani opera dois programas de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais a entidade recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Companhia. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser debitado é determinado mediante a referência ao valor justo das opções outorgadas. As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio.

Primeiro programa do plano de outorga de opções de ações (Programa I)

As opções de compra de ações foram concedidas aos administradores e a alguns empregados conforme decisão do Conselho de Administração em 09 de maio de 2012 que foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de 25 de maio de 2012. O preço de exercício das opções concedidas será de R\$ 1,26 (um real vinte e seis centavos) por ação ordinária ou preferencial. As opções tem um período de carência (vesting) até 31 de dezembro de 2013. As opções são exercíveis no período entre 1 de janeiro de 2013 e 31 de janeiro de 2013 sendo que no exercício o empregado deverá pagar o preço de

exercício e as ações correspondentes ficaram caucionadas a favor da Companhia até 31 de dezembro de 2013 quando serão liberadas. Caso o empregado se desvincule por qualquer motivo da Companhia após o exercício, mas antes de 31 de dezembro de 2013 as ações mantidas em caução serão devolvidas a Companhia e os beneficiários serão indenizados pelo valor pago no exercício da opção sem qualquer acréscimo a título de juros ou correção monetária. A Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada (constructive obligation) de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro.

A quantidade de opções e seus respectivos preços de exercícios está demonstrada a seguir:

	Preço médio de exercício por ação - reais	Quantidade de opções
Concedidas em 09 de maio de 2012	1,26	1.612.040
Em 30 de junho de 2012	<u>1,26</u>	<u>1.612.040</u>

Em 30 de junho de 2012 não existem opções exercíveis.

As opções de compra de ações em aberto em 30 de junho de 2012 têm as seguintes datas de vencimento e preços de exercício:

Data de vencimento	Preço de exercício por ação - reais	30 de junho de 2012
31 de janeiro de 2013	1,26	1.612.040
	<u>1,26</u>	<u>1.612.040</u>

O valor justo médio ponderado das opções concedidas durante o período, determinado com base no modelo de avaliação Black n' Scholes, era de R\$ 0,60 por opção. Os dados significativos incluídos no modelo foram:

Ações Preferenciais - preço médio ponderado da ação de R\$ 1,45 na data da concessão, preço do exercício apresentado acima de R\$ 1,26, volatilidade de 145,80 %, rendimento de dividendos de 7,46 %, uma vida esperada da opção correspondente a 1,5 anos e uma taxa de juros anual sem risco de 8,52 %.

Ações Ordinárias - preço médio ponderado da ação de R\$ 1,44 na data da concessão, preço do exercício apresentado acima de R\$ 1,26, volatilidade de 73,95 %, rendimento de dividendos de 6,59 %, uma vida esperada da opção correspondente a 1,5 anos e uma taxa de juros anual sem risco de 8,52 %.

A volatilidade foi mensurada pelo uso do desvio padrão anualizado ajustado (denominado EWMA) da variação diária das ações da Celulose Irani, considerando

janela temporal próxima de 1,5 anos, período de carência do programa de remuneração com base em ações.

Segundo programa do plano de outorga de opções de ações (Programa II)

As opções de compra de ações foram concedidas aos administradores conforme decisão do Conselho de Administração de 09 de maio de 2012, a qual que foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária em 25 de maio de 2012. O exercício das opções está condicionado a Companhia efetuar uma oferta publica de ações (Follow-on) conforme aprovada na Assembleia Geral Extraordinaria de 19 de abril de 2012. O preço de exercício das opções será o preço por ação nessa oferta de ações. O programa prevê a distribuição das ações, na proporção para formação de Units de emissão da Companhia que serão formadas na proporção 4 ações preferenciais e 1 ação ordinária. As opções têm três “tranches” que tem respectivamente um período de carência (vesting) até 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015. As opções deverão ser exercidas até três anos após a data de vesting. A Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada (constructive obligation) de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro.

As variações na quantidade de opções de compra de ações em aberto estão apresentadas a seguir. A tabela apresenta adicionalmente a cotação das ações da Companhia em 30 de junho de 2012 que foi usada para estimar o valor justo das opções considerando que o preço de exercício somente será fixado se a oferta pública for efetuada:

	Cotação em bolsa das ações da Companhia em 30 de junho de 2012 - reais		Quantidade de opções	
	PN	ON	PN	ON
	Concedidas em 09 de maio de 2012	1,21	1,47	10.656.000
Em 30 de junho de 2012	<u>1,21</u>	<u>1,47</u>	<u>10.656.000</u>	<u>2.664.000</u>

Em 30 de junho de 2012 não existem opções exercíveis.

As opções de compra de ações em aberto em 30 de junho de 2012 têm as seguintes datas de vencimento:

Data de vencimento	30 de junho de 2012
31 de janeiro de 2013	3.330.000
31 de janeiro de 2014	3.330.000
31 de janeiro de 2015	6.660.000
	<u>13.320.000</u>

O valor justo médio ponderado das opções concedidas durante o período, determinado com base no modelo de avaliação Black n' Scholes, era de R\$ 0,59 por opção. Os dados significativos incluídos no modelo foram:

Tranche A

Ações Preferenciais - preço da ação de R\$ 1,21 em 30 de junho de 2012, preço do exercício igual ao preço da ação em 30 de junho de 2012, volatilidade de 141,24 %, rendimento de dividendos de 7,46 %, uma vida esperada da opção correspondente a 1,52 anos e uma taxa de juros anual sem risco de 8,52 %.

Ações Ordinárias - preço da ação de R\$ 1,47 em 30 de junho de 2012, preço do exercício igual ao preço da ação em 30 de junho de 2012, volatilidade de 73,94 %, rendimento de dividendos de 6,59 %, uma vida esperada da opção correspondente a 1,52 anos e uma taxa de juros anual sem risco de 8,52 %.

Tranche B

Ações Preferenciais - preço da ação de R\$ 1,21 em 30 de junho de 2012, preço do exercício igual ao preço da ação em 30 de junho de 2012, volatilidade de 86,46 %, rendimento de dividendos de 7,46 %, uma vida esperada da opção correspondente a 2,54 anos e uma taxa de juros anual sem risco de 9,06 %.

Ações Ordinárias - preço da ação de R\$ 1,47 em 30 de junho de 2012, preço do exercício igual ao preço da ação em 30 de junho de 2012, volatilidade de 70,69 %, rendimento de dividendos de 6,59 %, uma vida esperada da opção correspondente a 2,54 anos e uma taxa de juros anual sem risco de 9,06 %.

Tranche C

Ações Preferenciais - preço da ação de R\$ 1,21 em 30 de junho de 2012, preço do exercício igual ao preço da ação em 30 de junho de 2012, volatilidade de 102,94 %, rendimento de dividendos de 7,46 %, uma vida esperada da opção correspondente a 3,55 anos e uma taxa de juros anual sem risco de 9,54 %.

Ações Ordinárias - preço da ação de R\$ 1,47 em 30 de junho de 2012, preço do exercício igual ao preço da ação em 30 de junho de 2012, volatilidade de 54,55 %, rendimento de dividendos de 6,59 %, uma vida esperada da opção correspondente a 3,55 anos e uma taxa de juros anual sem risco de 9,54 %.

A volatilidade foi mensurada pelo uso do desvio padrão anualizado ajustado (denominado EWMA) da variação diária das ações da Celulose Irani, considerando

janela temporal próxima do período de carência de cada uma das tranches do programa de remuneração como base em ações.

24. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

	Controladora		Controladora	
	Período de 3 meses findos em		Período de 6 meses findos em	
	30.06.12	30.06.11	30.06.12	30.06.11
Receita bruta de vendas de produtos	145.275	143.635	287.783	283.212
Impostos sobre as vendas	(31.440)	(31.597)	(62.571)	(61.674)
Devoluções de vendas	(918)	(971)	(1.659)	(1.658)
Receita líquida de vendas	<u>112.917</u>	<u>111.067</u>	<u>223.553</u>	<u>219.880</u>

	Consolidado		Consolidado	
	Período de 3 meses findos em		Período de 6 meses findos em	
	30.06.12	30.06.11	30.06.12	30.06.11
Receita bruta de vendas de produtos	154.217	151.966	305.121	299.397
Impostos sobre as vendas	(32.731)	(32.606)	(65.141)	(63.640)
Devoluções de vendas	(973)	(1.044)	(1.809)	(1.836)
Receita líquida de vendas	<u>120.513</u>	<u>118.316</u>	<u>238.171</u>	<u>233.921</u>

25. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A composição das despesas por natureza está apresentada conforme segue:

	Controladora		Controladora	
	Período de 3 meses findos em		Período de 6 meses findos em	
	30.06.12	30.06.11	30.06.12	30.06.11
Custos fixos e variáveis (matérias primas e materias de consumo)	(56.546)	(63.904)	(114.086)	(122.138)
Gastos com pessoal	(23.672)	(17.872)	(45.126)	(37.882)
Varição valor justo ativos biológicos	3.873	(4.947)	3.873	(4.947)
Depreciação, amortização e exaustão	(10.731)	(10.689)	(20.215)	(19.001)
Frete de vendas	(5.075)	(4.058)	(9.515)	(8.152)
Contratação de serviços	(4.296)	(3.478)	(7.778)	(6.958)
Despesas de vendas	(5.626)	(5.891)	(10.901)	(11.611)
	<u>(102.073)</u>	<u>(110.839)</u>	<u>(203.748)</u>	<u>(210.689)</u>
<u>Outras despesas líquidas</u>				
Custo da venda de ativos	(191)	(63)	(329)	(229)
Venda de ativo permanente	132	27	286	497
Outras receitas/despesas	(209)	190	84	321
	<u>(268)</u>	<u>154</u>	<u>41</u>	<u>589</u>
Total custos e despesas por natureza	<u>(102.341)</u>	<u>(110.685)</u>	<u>(203.707)</u>	<u>(210.100)</u>

	Consolidado		Consolidado	
	Período de 3 meses findos em		Período de 6 meses findos em	
	30.06.12	30.06.11	30.06.12	30.06.11
Custos fixos e variáveis (matérias primas e materias de consumo)	(54.930)	(63.719)	(107.878)	(121.635)
Gastos com pessoal	(24.861)	(18.824)	(47.466)	(39.585)
Varição valor justo ativos biológicos	(2.260)	(1.224)	(2.260)	(1.224)
Depreciação, amortização e exaustão	(13.956)	(13.258)	(28.100)	(23.978)
Frete de vendas	(5.464)	(4.315)	(10.286)	(8.651)
Contratação de serviços	(4.436)	(3.616)	(8.084)	(7.236)
Despesas de vendas	(5.627)	(5.902)	(10.905)	(11.631)
	<u>(111.534)</u>	<u>(110.858)</u>	<u>(214.979)</u>	<u>(213.940)</u>
<u>Outras despesas líquidas</u>				
Custo da venda de ativos	(303)	(63)	(899)	(316)
Venda de ativo permanente	135	29	305	616
Outras receitas/despesas	251	233	446	336
	<u>83</u>	<u>199</u>	<u>(148)</u>	<u>636</u>
Total custos e despesas por natureza	<u>(111.451)</u>	<u>(110.659)</u>	<u>(215.127)</u>	<u>(213.304)</u>

26. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Receitas	Controladora		Controladora	
	Período de 3 meses findos em		Período de 6 meses findos em	
	30.06.12	30.06.11	30.06.12	30.06.11
Receita de bens alienados	166	27	372	497
Outras receitas operacionais	257	357	755	669
	<u>423</u>	<u>384</u>	<u>1.127</u>	<u>1.166</u>

Receitas	Consolidado		Consolidado	
	Período de 3 meses findos em		Período de 6 meses findos em	
	30.06.12	30.06.11	30.06.12	30.06.11
Receita de bens alienados	170	29	392	616
Outras receitas operacionais	718	378	1.229	695
	<u>888</u>	<u>407</u>	<u>1.621</u>	<u>1.311</u>

Despesas	Controladora		Controladora	
	Período de 3 meses findos em		Período de 6 meses findos em	
	30.06.12	30.06.11	30.06.12	30.06.11
Custo dos Bens sinistrados e alienados	(191)	(63)	(417)	(229)
Outras despesas operacionais	(203)	(167)	(372)	(348)
Pagamento baseado em ações	(297)	-	(297)	-
	<u>(691)</u>	<u>(230)</u>	<u>(1.086)</u>	<u>(577)</u>

Despesas	Consolidado		Consolidado	
	Período de 3 meses findos em		Período de 6 meses findos em	
	30.06.12	30.06.11	30.06.12	30.06.11
Custo dos Bens sinistrados e alienados	(303)	(63)	(987)	(316)
Outras despesas operacionais	(206)	(145)	(485)	(359)
Pagamento baseado em ações	(297)	-	(297)	-
	<u>(806)</u>	<u>(208)</u>	<u>(1.769)</u>	<u>(675)</u>

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da taxa efetiva dos impostos:

	Controladora		Controladora	
	Período de 3 meses findos em		Período de 6 meses findos em	
	30.06.12	30.06.11	30.06.12	30.06.11
Resultado antes dos impostos	(7.964)	815	(6.288)	5.310
Alíquota Básica	34%	34%	34%	34%
Crédito (débito) tributário à alíquota básica	2.708	(277)	2.138	(1.805)
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	(512)	2.482	1.125	3.618
Controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	-	-
Outras diferenças permanentes	(64)	(17)	690	(85)
Pagamento baseado em ações	101	-	101	-
	<u>2.233</u>	<u>2.188</u>	<u>4.054</u>	<u>1.728</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	(703)	-	(1.390)
Imposto de renda e contribuição social diferido	2.233	2.891	4.054	3.118

	Consolidado		Consolidado	
	Período de 3 meses findos em		Período de 6 meses findos em	
	30.06.12	30.06.11	30.06.12	30.06.11
Resultado antes dos impostos	(7.497)	1.531	(5.426)	6.555
Alíquota Básica	34%	34%	34%	34%
Crédito (débito) tributário à alíquota básica	2.549	(521)	1.845	(2.229)
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:				
Controladas tributadas pelo lucro presumido	1.088	2.482	2.266	3.619
Outras diferenças permanentes	(1.972)	(471)	(1.020)	(888)
Pagamento baseado em ações	101	-	101	-
	<u>1.766</u>	<u>1.490</u>	<u>3.192</u>	<u>502</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(348)	(950)	(593)	(2.311)
Imposto de renda e contribuição social diferido	2.114	2.440	3.785	2.813

28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Controladora	
	Período de 3 meses findos em		Período de 6 meses findos em	
	30.06.12	30.06.11	30.06.12	30.06.11
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	1.794	774	3.652	1.677
Juros	307	199	561	427
Descontos obtidos	92	16	124	78
	<u>2.193</u>	<u>989</u>	<u>4.337</u>	<u>2.182</u>
Variação cambial				
Variação cambial ativa	1.144	4.303	10.299	7.177
Variação cambial ativa - derivativos a valor justo	56	1.796	199	3.174
Variação cambial passiva	(6.585)	(1.235)	(14.666)	(2.310)
Variação cambial passiva - derivativos a valor justo	(220)	(481)	(486)	(1.350)
Variação cambial líquida	<u>(5.605)</u>	<u>4.383</u>	<u>(4.654)</u>	<u>6.691</u>
Despesas financeiras				
Juros	(13.182)	(11.714)	(28.268)	(23.160)
Descontos concedidos	(1)	(71)	(39)	(107)
Deságios/despesas bancárias	(275)	(341)	(542)	(341)
Outros	(163)	(112)	(277)	(377)
	<u>(13.621)</u>	<u>(12.238)</u>	<u>(29.126)</u>	<u>(23.985)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(17.033)</u>	<u>(6.866)</u>	<u>(29.443)</u>	<u>(15.112)</u>

	Consolidado		Consolidado	
	Período de 3 meses findos em		Período de 6 meses findos em	
	30.06.12	30.06.11	30.06.12	30.06.11
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	1.850	774	3.740	1.677
Juros	308	259	563	2.669
Descontos obtidos	92	16	125	78
	<u>2.250</u>	<u>1.049</u>	<u>4.428</u>	<u>4.424</u>
Variação cambial				
Variação cambial ativa	1.144	4.303	10.299	7.177
Variação cambial ativa - derivativos a valor justo	56	1.796	199	3.174
Variação cambial passiva	(6.585)	(1.235)	(14.676)	(2.310)
Variação cambial passiva - derivativos a valor justo	(220)	(481)	(486)	(1.350)
Variação cambial líquida	<u>(5.605)</u>	<u>4.383</u>	<u>(4.664)</u>	<u>6.691</u>
Despesas financeiras				
Juros	(12.745)	(11.004)	(27.347)	(22.756)
Descontos concedidos	(1)	(73)	(42)	(107)
Deságios/despesas bancárias	(286)	(368)	(560)	(372)
Outros	(172)	(113)	(285)	(1.942)
	<u>(13.204)</u>	<u>(11.558)</u>	<u>(28.234)</u>	<u>(25.177)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(16.559)</u>	<u>(6.126)</u>	<u>(28.470)</u>	<u>(14.062)</u>

29. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. Em 30 de junho de 2012, a Companhia mantinha contratado seguro empresarial com coberturas de incêndio, raio, explosão, danos elétricos e vendaval para fábricas, usinas, vila residencial e escritórios, e também coberturas de responsabilidade civil geral, responsabilidade de D&O, em montante total de R\$ 311.650. Também estão contratados seguro de vida em grupo para os colaboradores com cobertura entre mínima de R\$ 10 e máxima de R\$ 500, além de seguro de frota de veículos com cobertura a valor de mercado.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Em relação às florestas, a Companhia avaliou os riscos existentes e concluiu pela não contratação de seguros, face às medidas preventivas adotadas contra incêndio e outros riscos florestais que têm se mostrado eficientes. A Administração avalia que o gerenciamento dos riscos relacionados às atividades florestais é adequado para a continuidade operacional da atividade na Companhia.

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão do risco de capital

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (captações detalhadas nas notas explicativas nº 15 e nº 16, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos e dos investimentos mantidos até o vencimento) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 21).

A Companhia não está sujeita a qualquer requerimento externo sobre o capital.

A Administração da Companhia revisa periodicamente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, são considerados o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital. A Companhia tem como meta manter uma estrutura de capital de 50% a 70% de capital próprio e 50% a 30% capital de terceiros. O índice de endividamento em 30 de junho de 2012 foi de 67% capital próprio e 33% capital de terceiros, dentro dos patamares almejados.

Índice de endividamento

O índice de endividamento em 30 de junho de 2012 e de 2011 é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
Dívida (a)	408.680	392.009	376.371	368.741
Caixa e saldos de bancos	72.464	72.496	75.081	74.722
Investimentos mantidos até o vencimento	988	8.674	988	8.674
Dívida Líquida	<u>335.228</u>	<u>310.839</u>	<u>300.302</u>	<u>285.345</u>
Patrimônio Líquido	<u>450.158</u>	<u>464.230</u>	<u>450.178</u>	<u>464.250</u>
Índice de endividamento líquido	<u>0,74</u>	<u>0,67</u>	<u>0,67</u>	<u>0,61</u>

(a) A dívida é definida como captações de curto e longo prazos incluindo as debêntures, conforme detalhado nas notas explicativas nº 15 e nº 16.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
Ativos financeiros				
Apresentados ao valor justo por meio do resultado	-	286	-	286
Investimentos mantidos até o vencimento	988	8.388	988	8.388
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e saldos de bancos	72.464	72.496	75.081	74.722
Conta a receber de clientes	85.010	90.179	89.434	92.231
Outras contas a receber	11.284	10.669	11.521	10.722
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	286.825	259.556	287.498	260.164
Debêntures	121.855	132.453	73.405	86.480
Cédula de crédito imobiliário	-	-	15.468	22.097
Fornecedores	48.212	42.790	35.895	37.713

Os valores dos instrumentos apresentados ao valor justo são considerados como Nível 2, uma vez que são obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos, além de informações adotadas pelo mercado.

Fatores de risco financeiro

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

Tendo como objetivo estabelecer regras para a gestão financeira da Companhia, foi aprovada pelo Conselho de Administração em 20 de outubro de 2010, a Política de Gestão Financeira, a qual normatiza e estabelece diretrizes para a utilização dos instrumentos financeiros.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos financeiros. A política de utilização de instrumentos financeiros derivativos pela Companhia tem como objetivo minimizar riscos financeiros inerentes as suas operações, bem como garantir a eficiência na gestão dos seus ativos e passivos financeiros. Os instrumentos financeiros derivativos em vigência foram contratados com o objetivo de proteger as obrigações decorrentes de empréstimos tomados em moeda estrangeira ou as exportações da Companhia e foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Risco de exposição cambial

A Companhia mantém operações no mercado externo expostas às mudanças nas cotações de moedas estrangeiras. Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, essas operações apresentam exposição passiva líquida conforme o quadro abaixo.

A exposição cambial total líquida em moeda estrangeira é equivalente a 27 meses das exportações tomando como base a média das exportações realizadas no ano 2011, e 21 meses das exportações tomando como base a média das exportações realizadas nos 03 meses findos em 30 de junho de 2012. Como o maior valor dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira tem sua exigibilidade no longo prazo, a Companhia entende que gerará fluxo de caixa em moeda estrangeira suficiente para quitação de seu passivo de longo prazo em moeda estrangeira.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.12	31.12.11	30.06.12	31.12.11
Contas a receber	7.721	4.152	7.748	4.198
Créditos de carbono a receber	7.218	6.378	7.218	6.378
Bancos conta vinculada	988	8.674	988	8.674
Adiantamento de clientes	-	(298)	-	(661)
Fornecedores	(31)	(123)	(31)	(123)
Empréstimos e financiamentos	(146.035)	(89.545)	(146.035)	(89.545)
Exposição líquida	<u>(130.139)</u>	<u>(70.762)</u>	<u>(130.112)</u>	<u>(71.079)</u>

A Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros. Com isso, desenvolvemos uma análise de sensibilidade, conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, que requer que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, além de um cenário base. Estes cenários poderão gerar impactos no resultado e no patrimônio líquido, conforme descrito abaixo:

1 – Cenário base: manutenção da taxa de câmbio, em níveis próximos aos vigentes no período de elaboração destas demonstrações.

2- Cenário adverso: deterioração de 25% da taxa de câmbio em relação ao nível verificado em 30 de junho de 2012.

3 – Cenário Remoto: deterioração de 50% da taxa de câmbio em relação ao nível verificado em 30 de junho de 2012.

Operação	Saldo 30.06.12 US\$	Cenário base Ganho (perda)		Cenário adverso Ganho (perda)		Cenário remoto Ganho (perda)	
		Taxa	R\$	Taxa	R\$	Taxa	R\$
Ativos							
Contas a receber	7.893	2,04	148	2,55	4.173	3,06	8.198
Passivos							
Contas a pagar	(15)	2,04	-	2,55	(8)	3,06	(16)
Empréstimos e financiamentos	(72.248)	2,04	(1.351)	2,55	(38.198)	3,06	(75.044)
Efeito líquido			<u>(1.203)</u>		<u>(34.033)</u>		<u>(66.862)</u>

Esta análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado de câmbio sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Cabe lembrar que foram utilizados os saldos constantes em 30 de junho de 2012 como base para projeção de saldo futuro. O efetivo comportamento dos saldos de dívida e dos instrumentos derivativos respeitará seus respectivos contratos, assim como os saldos de contas a receber e a pagar poderão oscilar pelas atividades normais da Companhia e de suas controladas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises. A Companhia procura manter as suas operações de empréstimos e financiamentos, e de instrumentos derivativos expostos à variação cambial, com pagamentos líquidos anuais equivalentes aos recebimentos provenientes das suas exportações. Desta forma a Companhia busca proteger seu fluxo de caixa das variações do câmbio, e os efeitos dos cenários acima, se realizados, deverão gerar impacto apenas econômico no seu resultado.

Risco de Taxas de juros

A Companhia pode ser impactada por alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição ao risco de taxas de juros se refere, principalmente, à mudança nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo do BNDES), CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários), SELIC, EURIBOR (Euro Interbank Offered Rate), LIBOR (London Interbank Offered Rate) ou IPCA (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo).

A análise de sensibilidade calculada para o cenário base, cenário adverso e cenário remoto, sobre os contratos de captações que tem base de juros indexados está representada conforme abaixo:

- 1 – Cenário base: manutenção das taxas de juros, em níveis próximos aos vigentes no período de elaboração destas demonstrações.
- 2- Cenário adverso: correção de 25% das taxas de juros em relação ao nível verificado em 30 de junho de 2012.
- 3 – Cenário Remoto: correção de 50% das taxas de juros em relação ao nível verificado em 30 de junho de 2012.

Operação	Indexador	Saldo 30.06.12	Cenário base		Cenário adverso		Cenário remoto	
			Taxa %	R\$	Taxa %	R\$	Taxa %	R\$
Aplicações Financeiras								
CDB	CDI	73.380	7,83%	(374)	9,79%	1.043	11,75%	2.460
Financiamentos								
Capital de Giro	CDI	28.975	7,83%	181	9,79%	(505)	11,75%	(1.190)
Debêntures	CDI	77.703	7,83%	401	9,79%	(1.120)	11,75%	(2.641)
BNDES	TJLP	10.604	5,50%	53	6,88%	(93)	8,25%	(239)
Capital de Giro	IPCA	79.050	4,99%	(1)	6,24%	(987)	7,49%	(1.973)
Financiamento Moeda Estrangeira	Libor	4.145	0,73%	-	0,92%	(14)	1,10%	(27)
Financiamento Moeda Estrangeira	Euribor	3.119	0,93%	15	1,16%	8	1,40%	1
Efeito Líquido no Resultado				<u>275</u>		<u>(1.668)</u>		<u>(3.609)</u>

Riscos de crédito

As vendas financiadas da Companhia são administradas através de política de qualificação e concessão de crédito. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face às eventuais perdas na realização destes.

As contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes de diferentes setores e áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber e, quando apropriado, uma cobertura de garantia de crédito é solicitada.

Adicionalmente, a Companhia está exposta ao risco de crédito com relação a garantias financeiras concedidas a bancos. A exposição máxima corresponde ao valor máximo que a Companhia terá de pagar caso a garantia seja executada (ver notas explicativas nº 15 e 16).

Risco de liquidez

A Administração monitora o nível de liquidez considerando o fluxo de caixa esperado, que compreende caixa, aplicações financeiras, fluxo de contas a receber e a pagar, e pagamento de empréstimos e financiamentos. A política de gestão de liquidez envolve a projeção de fluxos de caixa nas moedas utilizadas e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia, no balanço consolidado, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros pré-fixados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 30 de junho de 2012 e os detalhes do prazo de vencimento esperado para os ativos financeiros não derivativos não descontados, incluindo os juros que serão auferidos a partir desses ativos. A inclusão de informação

sobre ativos financeiros não derivativos é necessária para compreender a gestão do risco de liquidez da Companhia, uma vez que ela é gerenciada com base em ativos e passivos líquidos.

	2012	2013	2014	2015	acima 2016
Passivos					
Fornecedores	35.895	-	-	-	-
Empréstimos	33.784	98.013	52.640	66.917	52.640
Debêntures	14.367	27.758	25.538	12.806	-
Outros Passivos	5.109	1.903	2.127	848	4.046
	<u>89.155</u>	<u>127.674</u>	<u>80.305</u>	<u>80.571</u>	<u>56.686</u>
Ativos					
Caixa e Equivalentes	75.081	-	-	-	-
Banco Conta Vinculada	988	-	-	-	-
Clientes a Vencer	88.360	1.075	-	-	-
Outros Ativos	1.695	1.723	827	59	-
	<u>166.124</u>	<u>2.798</u>	<u>827</u>	<u>59</u>	<u>-</u>
	<u>76.969</u>	<u>(124.876)</u>	<u>(79.478)</u>	<u>(80.512)</u>	<u>(56.686)</u>

Os valores incluídos acima para instrumentos pós-fixados ativos e passivos financeiros não derivativos estão sujeitos à mudança, caso a variação nas taxas de juros pós-fixadas difira dessas estimativas apuradas no final do período de relatório.

A Companhia tem acesso a linhas de financiamento cujo valor total não utilizado no final do período do relatório é de R\$ 63.911, e que aumenta proporcionalmente na medida em que as obrigações de empréstimos e financiamentos forem liquidadas. A Companhia espera atender às suas outras obrigações a partir dos fluxos de caixa operacional e dos resultados dos ativos financeiros a vencer.

Instrumentos financeiros derivativos

As operações de derivativos são classificadas por estratégias de acordo com o seu objetivo. São operações contratadas com o objetivo de proteção do endividamento líquido da Companhia, de aplicações financeiras ou suas exportações e importações contra as variações de câmbio, ou para troca de taxa de juros. Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo e reconhecidos no resultado financeiro, ou reconhecidos diretamente no resultado financeiro no caso de instrumento financeiros derivativos vinculados a operações de captação.

A Companhia mantém controles internos que a Administração julga suficientes para a gestão dos riscos. Mensalmente a diretoria analisa relatórios referentes ao custo

financeiro da sua dívida e as informações do Fluxo de Caixa em Moeda Estrangeira que contempla os recebimentos e pagamentos da Companhia em moeda estrangeira e avalia a necessidade de contratação de alguma proteção. Os resultados alcançados por esta forma de gerenciamento têm protegido o seu fluxo de caixa das variações do câmbio.

a) Instrumentos financeiros derivativos reconhecidos a valor justo

Os montantes contratados destes instrumentos e os seus respectivos valores justos, assim como os efeitos acumulados no período, estão demonstrados na tabela abaixo:

Finalidade / Risco / Instrumento	30.06.2012		31.03.2012	
	Valor nocional	Valor justo (1)	Valor nocional	Valor justo (1)
Instrumento financeiro de valor justo				
Moeda Estrangeira Swaps	-	-	3.225	163
Total derivativos	-	-	3.225	163

(1) Os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados pelo seu valor justo, por meio de utilização de projeções futuras do dólar da BM&F Bovespa nas datas de apuração. No caso de swaps, tanto a ponta ativa quanto a ponta passiva são estimados de forma independente e trazidas a valor presente por uma taxa de juros de mercado, onde a diferença do resultado entre as pontas gera o seu valor de mercado.

Em 20 de abril de 2012, a Companhia em comum acordo com o Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento Multimercado, acordaram pela rescisão do contrato de forma irrevogável e irretroatável, não sendo devidos quaisquer pagamentos em virtude deste distrato.

O valor justo remanescente foi reconhecido no resultado da Companhia.

Este instrumento financeiro esteve atrelado e foi registrado junto à aplicação financeira vinculada, descrita na nota explicativa 9. Sua análise de sensibilidade foi demonstrada em conjunto com o instrumento a ela atrelado.

b) Instrumentos financeiros derivativos vinculados a operações de captação (reconhecidos diretamente no resultado)

i) Em 30 de maio de 2011, a Companhia contratou operação de Swap de Fluxo de Caixa com Banco Credit Suisse, com objetivo de modificar a remuneração e riscos associados à taxa de juros de operação já existente entre as partes em contrato de PPE – Pré Pagamento de Exportação, de 16 de fevereiro de 2007. O valor de referência atribuído na data de contratação foi de R\$ 70.374 (equivalente a USD 44.544 mil na data da transação), e foram diminuindo

conforme ocorreram os vencimentos das parcelas previstas no contrato a ele atrelado.

Essa operação de *swap* teve o objetivo de ajustar o preço da operação a ela atrelada e seus vencimentos se deram simultaneamente às operações originais. O contrato de *swap* não era negociável separadamente. O contrato de PPE – Pré Pagamento de Exportação passou a ser remunerado por taxa de juros acrescidos da variação do CDI e os juros devidos não estavam mais expostos à variação cambial. Considerando as características deste contrato em conjunto com o contrato de PPE, a Companhia considerou os dois instrumentos como um único instrumento, e o resultado foi incluído na análise de sensibilidade de taxas de juros exposta nesta mesma nota explicativa em riscos de taxa de juros. O valor do principal do PPE em dólares esteve incluído na análise de sensibilidade de risco de exposição cambial, também exposto nesta mesma nota explicativa.

A aprovação para realizar a operação foi dada pelo Conselho de Administração da Companhia em 30 de maio de 2011.

Em 20 de abril de 2012, a Companhia em comum acordo com as partes acordaram pela rescisão deste contrato de *swap*, de forma irrevogável e irreatável e pela repactuação do contrato de PPE. A partir desta data a operação de *swap* de taxas de juros deixou de existir e o PPE foi repactuado, não tendo mais nenhum contrato de *swap* a ele vinculado.

- ii) Em 23 de março de 2012, a Companhia contratou operação de Swap de Fluxo de Caixa com Banco Itaú BBA, com objetivo de modificar a remuneração e riscos associados à taxa de juros da operação contratada na mesma data entre as partes em contrato de CCE – Cédula de Crédito à Exportação. O valor de referência atribuído na data de contratação é de R\$ 40.000 (equivalente a USD 21.990 mil na data da transação), diminuindo conforme ocorrem os vencimentos das parcelas semestrais previstas no contrato a ele atrelado até o seu vencimento final em março de 2017.

Essa operação de *swap* tem o objetivo de ajustar o preço da operação a ela atrelada e seus vencimentos se dão simultaneamente aos da operação original. O contrato de *swap* não é negociável separadamente. O contrato de CCE – Cédula de Crédito à Exportação passa a ser remunerado por taxa de juros fixos acrescidos da variação do dólar. Com isso o contrato de CCE não está mais exposto à variação do CDI. Considerando as características deste contrato em conjunto com o contrato de CCE, a Companhia está considerando os dois instrumentos como um único instrumento. Este contrato está incluído na análise de sensibilidade de exposição cambial exposta nesta mesma nota explicativa.

A aprovação para realizar a operação foi dada pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de março de 2012.

Hedge de fluxo de caixa

A Companhia adotou o Hedge Accounting em 01 de maio de 2012 nas operações contratadas para a cobertura dos riscos de variação cambial do fluxo das exportações e foram classificadas como “hedge de fluxo de caixa” (Cash Flow Hedge), segundo os parâmetros descritos nas normas contábeis brasileiras CPC 38 e 40, na orientação técnica OCPC03 e na norma internacional IAS 39.

Desta forma, a Companhia protege o risco da variação cambial dos seus fluxos de caixa futuros por meio de hedge de fluxo de caixa, no qual os instrumentos de hedge são instrumentos financeiros passivos contratados pela Companhia. Os instrumentos financeiros de hedge contratados pela Companhia atualmente vigentes são um contrato de PPE – Pré-Pagamento de Exportação com o Banco Credit Suisse e um contrato de CCE – Cédula de Crédito à Exportação com o Banco Itaú BBA.

Os fluxos de caixa protegidos são as exportações esperadas até 2017 e o valor represado no Patrimônio Líquido da Cia por conta do Hedge Accounting em 30 de junho de 2012 é de R\$ 5.331.

A Companhia estima a efetividade com base na metodologia Dollar Offset, na qual se compara a variação do valor justo do instrumento de hedge com a variação do valor justo do objeto de hedge, a qual deve ficar entre um intervalo de 80 a 125%.

Os saldos de variações efetivas de valor justo das operações designadas como *hedge* de fluxo de caixa são reclassificadas do patrimônio líquido para resultado no período em que a variação cambial objeto do *hedge* é efetivamente realizada. Os resultados do *hedge* de fluxo de caixa efetivos na compensação da variação das despesas protegidas são registrados em contas redutoras das despesas protegidas, reduzindo ou aumentando o resultado operacional, e os resultados não efetivos são reconhecidos como receita ou despesa financeira do período.

Não foram identificadas inefetividades no período.

A análise de sensibilidade dos instrumentos de hedge das operações designadas como hedge de fluxo de caixa, está considerada nesta mesma nota explicativa no item risco de exposição cambial juntamente com os demais instrumentos financeiros.

31. SEGMENTOS OPERACIONAIS

a) Critérios de identificação dos segmentos operacionais

A Companhia segmentou a sua estrutura operacional seguindo a forma com que a Administração gerencia o negócio, e ainda, segundo os critérios de segmentação estabelecidos pelo CPC 22 (IFRS 8) – Informação por Segmento.

A Administração definiu como segmentos operacionais: embalagem P.O.; papel para embalagens; florestal RS e resinas; e móveis, conforme segue abaixo descrito:

Segmento Embalagem PO: este segmento produz caixas e chapas de papelão ondulado, leves e pesadas, e conta com duas unidades produtivas, uma em Vargem Bonita, SC, e outra em Indaiatuba, SP.

Segmento Papel para Embalagens: produz papéis Kraft de baixa e alta gramaturas e papéis reciclados, destinados ao mercado externo e interno, além de direcionar parte da produção para o Segmento Embalagem PO.

Segmento Florestal RS e Resinas: através deste segmento, a Companhia cultiva pinus para o próprio fomento e também comercializa madeiras e produz da resina extraída do pinus, que servem de matéria prima para a produção de breu e terebintina.

Segmento Móveis: este segmento comercializa móveis para o mercado nacional atendido com vendas exclusivamente pela internet, através da controlada Meu Móvel de Madeira. O perfil dos produtos é composto por linhas de dormitórios, salas e móveis auxiliares.

b) Informações consolidadas dos segmentos operacionais

	Consolidado					Total
	Período de 3 meses findos em 30.06.12					
	Embalagem P.O	Papel para Embalagens	Florestal RS e Resinas	Móveis	Corporativo/ eliminações	
Vendas líquidas:						
Mercado interno	68.054	26.202	4.931	3.032	41	102.260
Mercado externo	-	11.709	6.544	-	-	18.253
Receita de vendas para terceiros	68.054	37.911	11.475	3.032	41	120.513
Receitas entre segmentos	-	993	-	-	(993)	-
Vendas líquidas totais	68.054	38.904	11.475	3.032	(952)	120.513
Varição valor justo ativo biológico	-	727	(2.987)	-	-	(2.260)
Custo dos produtos vendidos	(53.272)	(23.836)	(7.372)	(1.564)	(172)	(86.216)
Lucro bruto	14.782	15.795	1.116	1.468	(1.124)	32.037
Despesas operacionais	(7.986)	(2.974)	(495)	(2.217)	(9.303)	(22.975)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	6.796	12.821	621	(749)	(10.427)	9.062
Resultado Financeiro	(8.685)	(8.393)	104	(78)	493	(16.559)
Resultado Operacional Líquido	(1.889)	4.428	725	(827)	(9.934)	(7.497)
Ativo Total	147.132	690.230	138.706	5.500	180.121	1.161.689
Passivo Total	54.218	261.724	15.589	1.265	378.815	711.612
Patrimônio Líquido	-	396.030	113.347	3.586	(62.886)	450.077

	Consolidado					Total
	Embalagem P.O	Papel para Embalagens	Florestal RS e Resinas	Móveis	Corporativo/ eliminações	
Período de 6 meses findos em 30.06.12						
Vendas líquidas:						
Mercado interno	135.593	53.999	9.010	5.767	41	204.410
Mercado externo	-	21.918	11.843	-	-	33.761
Receita de vendas para terceiros	135.593	75.917	20.853	5.767	41	238.171
Receitas entre segmentos	-	3.317	-	-	(3.317)	-
Vendas líquidas totais	135.593	79.234	20.853	5.767	(3.276)	238.171
Varição valor justo ativo biológico	-	727	(2.987)	-	-	(2.260)
Custo dos produtos vendidos	(107.062)	(49.260)	(14.666)	(2.844)	3.430	(170.402)
Lucro bruto	28.531	30.701	3.200	2.923	154	65.509
Despesas operacionais	(15.212)	(5.683)	(868)	(3.539)	(17.163)	(42.465)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	13.319	25.018	2.332	(616)	(17.009)	23.044
Resultado Financeiro	(14.602)	(14.795)	92	(170)	1.005	(28.470)
Resultado Operacional Líquido	(1.283)	10.223	2.424	(786)	(16.004)	(5.426)
Ativo Total	147.132	690.230	138.706	5.500	180.121	1.161.689
Passivo Total	54.218	261.724	15.589	1.265	378.815	711.612
Patrimônio Líquido	-	396.030	113.347	3.586	(62.886)	450.077

	Consolidado					Total
	Embalagem P.O	Papel para Embalagens	Florestal RS e Resinas	Móveis	Corporativo/ eliminações	
Período de 3 meses findos em 30.06.11						
Vendas líquidas:						
Mercado interno	69.524	26.799	5.139	2.247	-	103.709
Mercado externo	-	7.454	7.153	-	-	14.607
Receita de vendas para terceiros	69.524	34.253	12.292	2.247	-	118.316
Receitas entre segmentos	34	3.389	-	-	(3.423)	-
Vendas líquidas totais	69.558	37.642	12.292	2.247	(3.423)	118.316
Varição valor justo ativo biológico	-	(4.947)	3.723	-	-	(1.224)
Custo dos produtos vendidos	(54.259)	(28.493)	(9.587)	(1.180)	3.423	(90.096)
Lucro bruto	15.299	4.202	6.428	1.067	-	26.996
Despesas operacionais	(7.354)	(2.528)	(564)	(1.146)	(7.747)	(19.339)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	7.945	1.674	5.864	(79)	(7.747)	7.657
Resultado financeiro	(2.539)	(4.174)	300	(2)	289	(6.126)
Resultado operacional líquido	5.406	(2.500)	6.164	(81)	(7.458)	1.531
Ativo Total	155.533	674.775	129.814	4.904	224.477	1.189.502
Passivo Total	55.329	264.053	14.005	3.435	379.825	716.647
Patrimônio Líquido	-	293.672	96.912	1.469	80.802	472.855

	Consolidado					Total
	Embalagem P.O	Papel para Embalagens	Florestal RS e Resinas	Móveis	Corporativo/ eliminações	
Período de 6 meses findos em 30.06.11						
Vendas líquidas:						
Mercado interno	139.168	50.339	9.873	4.431	-	203.811
Mercado externo	-	17.720	12.390	-	-	30.110
Receita de vendas para terceiros	139.168	68.059	22.263	4.431	-	233.921
Receitas entre segmentos	133	9.834	-	-	(9.967)	-
Vendas líquidas totais	139.301	77.893	22.263	4.431	(9.967)	233.921
Variação valor justo ativo biológico	-	(4.947)	3.723	-	-	(1.224)
Custo dos produtos vendidos	(110.504)	(54.895)	(16.099)	(2.300)	9.661	(174.137)
Lucro bruto	28.797	18.051	9.887	2.131	(306)	58.560
Despesas operacionais	(14.634)	(5.087)	(1.542)	(2.141)	(14.539)	(37.943)
Resultado operacional antes do						
Resultado financeiro	14.163	12.964	8.345	(10)	(14.845)	20.617
Resultado financeiro	(6.064)	(8.909)	302	(5)	614	(14.062)
Resultado operacional líquido	8.099	4.055	8.647	(15)	(14.231)	6.555
Ativo Total	155.533	674.775	129.814	4.904	224.477	1.189.502
Passivo Total	55.329	264.053	14.005	3.435	379.825	716.647
Patrimônio Líquido	-	293.672	96.912	1.469	80.802	472.855

O saldo na coluna Corporativo/eliminações envolve substancialmente despesas da área de apoio corporativa, não rateada aos demais segmentos e as eliminações referem-se aos ajustes das operações entre os demais segmentos, as quais são realizadas a preços e condições usuais de mercado.

As informações referentes ao resultado financeiro foram distribuídas por segmento operacional levando-se em consideração a alocação específica de cada receita e despesa financeira ao seu segmento, e a distribuição das despesas e receitas comuns à Companhia pela NCG – Necessidade de Capital de Giro de cada segmento.

As informações de imposto de renda e contribuição social não foram divulgadas nas informações por segmento em razão da não utilização da Administração da Companhia dos referidos dados de forma segmentada.

c) Receitas líquidas de vendas

As receitas líquidas de vendas no período de 3 meses findos em 30.06.12 totalizaram R\$ 120.513, (R\$ 118.316 em 30.06.11), para o período de 6 meses findos em 30.06.12 totalizaram R\$ 238.171, (R\$ 233.921 em 30.06.11)

A receita líquida de vendas para o mercado externo no período de 3 meses findos em 30.06.12 totalizou R\$ 18.253, (R\$ 14.607 em 30.06.11), para período de 6 meses

findos em 30.06.12 totalizou R\$ 33.761, (R\$ 30.110 em 30.06.11), distribuída por diversos países, conforme composição abaixo:

Consolidado			Consolidado		
Período de 3 meses findos em 30.06.12			Período de 3 meses findos em 30.06.11		
País	Rec. Líquida Exportação	% na Receita Líquida Total	País	Rec. Líquida Exportação	% na Receita Líquida Total
Holanda	4.624	3,80%	Holanda	4.979	4,20%
Argentina	3.384	2,80%	Argentina	2.124	1,80%
Arábia Saudita	2.302	1,90%	Arábia Saudita	2.080	1,80%
França	1.346	1,10%	França	1.776	1,50%
África do Sul	1.199	1,00%	Paraguai	592	0,50%
Paraguai	967	0,80%	Chile	569	0,50%
Alemanha	779	0,60%	África do Sul	553	0,50%
Peru	696	0,60%	Peru	393	0,30%
Chile	596	0,50%	Bolívia	318	0,30%
Espanha	487	0,40%	Espanha	211	0,20%
Noruega	382	0,30%	Estados Unidos	205	0,20%
Bolívia	256	0,20%	Alemanha	163	0,10%
Venezuela	231	0,20%	Venezuela	126	0,10%
Turquia	176	0,10%	Colômbia	125	0,10%
Emirados Arabes Unidos	172	0,10%	Noruega	69	0,10%
Colômbia	172	0,10%	Coréia	30	0,01%
Outros países	484	0,40%	Outros países	294	0,20%
	<u>18.253</u>	<u>14,90%</u>		<u>14.607</u>	<u>12,41%</u>

Consolidado			Consolidado		
Período de 6 meses findos em 30.06.12			Período de 6 meses findos em 30.06.11		
País	Rec. Líquida Exportação	% na Receita Líquida Total	País	Rec. Líquida Exportação	% na Receita Líquida Total
Holanda	7.202	3,00%	Holanda	9.029	3,90%
Argentina	6.548	2,70%	Argentina	4.837	2,10%
Arábia Saudita	4.556	1,90%	Arábia Saudita	4.293	1,80%
França	2.556	1,10%	França	2.584	1,10%
Paraguai	1.737	0,70%	Paraguai	1.736	0,70%
África do Sul	1.646	0,70%	Chile	1.242	0,50%
Chile	1.635	0,70%	Alemanha	1.041	0,40%
Peru	1.496	0,60%	Peru	891	0,40%
Venezuela	1.070	0,40%	África do Sul	862	0,40%
Alemanha	959	0,40%	Bolívia	561	0,20%
Espanha	913	0,40%	Coréia	532	0,20%
Noruega	772	0,30%	Espanha	431	0,20%
Bolívia	559	0,20%	Estados Unidos	366	0,20%
Turquia	419	0,20%	Noruega	360	0,20%
Canada	401	0,20%	Venezuela	339	0,10%
Colômbia	357	0,10%	Colômbia	243	0,10%
Uruguai	253	0,10%	Paquistão	141	0,10%
Outros países	682	0,30%	Outros países	622	0,30%
	<u>33.761</u>	<u>14,00%</u>		<u>30.110</u>	<u>12,90%</u>

As receitas líquidas de vendas da Companhia para o período de 3 meses findos em 30.06.12 no mercado interno representaram R\$ 102.260 (R\$ 103.709 em 30.06.11), para o período de 6 meses findos em 30.06.12 R\$ 204.410 (R\$ 203.811 em 30.06.11)

Neste segundo trimestre de 2012, um único cliente representava 18,7% das receitas líquidas do mercado interno no segmento Embalagem PO, equivalente a R\$ 12.726. As demais vendas da Companhia no mercado interno e externo foram pulverizadas, não havendo concentração de vendas de percentual acima de 10% para nenhum cliente.

32. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO OPERACIONAL

Locação de imóveis de unidades produtivas

Em 30 de junho de 2012, a Companhia possui 2 contratos de aluguel de unidades produtivas, além de outros pequenos contratos de aluguel de unidades comerciais e administrativas, todos classificados como arrendamento mercantil operacional, e alocados para despesa em cada exercício pelo regime de competência durante o período do arrendamento.

Os contratos de aluguel de unidades produtivas estão representados conforme segue:

- a) Contrato de locação firmado em 20 de outubro de 2009 e aditado em 24 de março de 2010 com a controlada Irani Trading S.A, que é proprietária de imóvel industrial localizado em Vargem Bonita, SC. O contrato tem prazo de 64 meses da emissão do termo de início que se deu em 01 de janeiro de 2010 e seu valor locatício é de R\$ 1.364 mensais fixos.
- b) Contrato de locação firmado em 26 de dezembro de 2006, referente aluguel da unidade Embalagem em Indaiatuba, SP, com vigência de 20 anos e o valor mensal contratado atual é de R\$ 174, reajustado anualmente pela variação do IGPM.

Os valores de aluguéis reconhecidos como despesa no primeiro trimestre de 2012 e de 2011 pela controladora, líquidos de impostos quando aplicáveis, são:

- Aluguéis de unidades produtivas = R\$ 4.614 (R\$ 4.543 em 30.06.2011)
- Aluguéis de unidades comerciais e administrativas = R\$ 97 (R\$ 79 em 30.06.2011)

Os compromissos futuros oriundos desses contratos, calculados a valor de 30 de junho de 2012 totalizam um montante mínimo de R\$ 94.811. Os arrendamentos foram calculados a valor presente utilizando-se o IGPM acumulado de 5,14% a.a.

	até um ano	depois de um ano até cinco anos	depois de cinco anos	Total
Arrendamentos operacionais futuros	18.979	41.857	33.975	94.811
Arrendamentos operacionais a valor presente	18.052	36.470	20.200	74.722

Locação de área de plantio

A Companhia possui contratos de arrendamentos não canceláveis para produção de ativos biológicos em terras de terceiros, chamados de parcerias, em área total de 3.201 hectares, da qual 2.232 hectares é a área proporcional dos plantios pertencentes à mesma. Para algumas áreas há compromisso de arrendamento a ser desembolsado mensalmente conforme demonstrado abaixo.

Estes contratos possuem validade até que o total das florestas existentes nestas áreas seja colhido.

Compromissos de arrendamento operacional não canceláveis

	até um ano	depois de um ano até cinco anos	depois de cinco anos	Total
Arrendamentos operacionais futuros	307	1.315	1.555	3.177
Arrendamentos operacionais a valor presente	298	1.102	1.006	2.406

Contratos de arrendamento da Companhia como arrendadora

Os arrendamentos operacionais referem-se às propriedades para investimento da Companhia e têm prazos de arrendamento de até 24 meses, com opção de renovação por igual período. Todos os arrendamentos operacionais contêm cláusulas de revisão de mercado caso o arrendatário exerça a opção de renovação. O arrendatário não tem a opção de compra do imóvel após o término do prazo de arrendamento.

A receita de aluguel obtida pela Companhia sobre as suas propriedades para investimento e despesas operacionais diretas, resultante das propriedades para investimento no trimestre foram de R\$ 252 e R\$ 319 respectivamente.

A Companhia não tem registrados valores de receita financeira não realizada sobre arrendamento, pagamentos contingentes reconhecidos como receita, provisão para perdas com recebimentos de arrendamento.

33. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL

A Companhia possui incentivos fiscais de ICMS no Estado de Santa Catarina, onde 60% do incremento de ICMS, calculado sobre uma base média (setembro 2006 a

agosto 2007) anterior aos investimentos realizados é diferido para pagamento após 48 meses. Este benefício é calculado mensalmente e está condicionado à realização dos investimentos planejados, manutenção de empregos, além da manutenção da regularidade junto ao Estado, condições estas que estão sendo plenamente atendidas.

Sobre os valores dos incentivos, haverá incidência de encargos às taxas contratuais de 4,0% ao ano. Para fins de cálculo a valor presente deste benefício, a Companhia utilizou a taxa média do custo de captação na data base para linhas de financiamento com características semelhantes às necessárias para os respectivos desembolsos, caso não possuísse o benefício, resultando em R\$ 2.904.

A vigência do benefício é de 14 anos, iniciado em janeiro de 2009 e com término em dezembro de 2022, ou até o limite de R\$ 55.199 de ICMS diferido. Até 30 de junho de 2012, a Companhia possuía R\$ 16.458 de ICMS diferido registrado no passivo não circulante, líquido de subvenção governamental R\$ 14.116.

34. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

A Companhia realizou transações que não afetaram o caixa, provenientes de atividades de investimento e, portanto, não foram refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa.

Durante o período de seis meses findos em 30 de junho de 2012, a Companhia efetuou a aquisição de ativo imobilizado no montante de R\$ 674 que foram financiadas diretamente por fornecedores, aportou capital com prédios e instalações na controlada Irani Trading S/A, no valor de R\$ 4.563 e aportou capital com florestas plantadas na controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda no valor de R\$ 3.370.

Durante o período de seis meses findos em 30 de junho de 2011, a Companhia efetuou a aquisição de ativo imobilizado no montante de R\$ 5.303 que foram financiadas diretamente por fornecedores e também recebeu dividendos no montante de R\$ 16.570 através de mútuo e abatimento de outras contas a pagar.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 20 de julho de 2012, o Conselho de Administração da Companhia deliberou a distribuição de dividendos intermediários à conta de Reserva de Lucros existentes no último balanço anual levantado em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$ 14.267, correspondente a R\$ 0,090223 por ação ordinária e preferencial. A deliberação foi realizada nos termos do Artigo nº 29, parágrafo único, do Estatuto Social. A Companhia obteve junto aos credores as autorizações necessárias para esta distribuição.